

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de outubro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária, que tem como objetivo votar o projeto de resolução 1.984/2009.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados. (lê): “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: projeto de resolução nº 1.984/2009”.

Portanto, fica convocada uma sessão extraordinária para 2 minutos após o encerramento desta. Não há Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente. Não há manifestação de orador inscrito no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o Líder do governo ou do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Não há orador. Com a palavra o Líder do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes da imprensa, visitantes que nos dão a honra de suas presenças, minhas senhoras e meus senhores, vejam a que ponto chegou a vossa Bancada: o relator não comparece.

É a primeira vez que vejo isso nesta Casa depois de 20 anos. É a falta de compromisso da Bancada, e não é a primeira vez. Vejam, senhoras e senhores, a que ponto chega essa heterogeneidade da Bancada. Alguém deve estar insatisfeito, talvez seja algum cargo que não lhe foi dado.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, isso não tem nenhuma colocação neste momento. Eu recebi agora da assessoria do gabinete da Liderança o desempenho da execução dos recursos de contribuições e/ou auxílios federais. Para se ter uma ideia, o final do exercício de 2009 já se aproxima, pois faltam apenas 50 dias para o governo encerrar o processamento das despesas orçamentárias deste exercício.

Em relatório gerado hoje no Sicof, com a posição de 09/10, verificamos que o Estado executou apenas, faltando 50 dias para concluir o exercício financeiro, deputado Leur Lomanto, 28,24% dos recursos orçados para investimento, R\$ 707 milhões de um valor previsto de R\$ 2,5 bilhões.

Vejam só a que ponto chegou o desempenho deste governo. Podemos observar que em algumas secretarias de Estado o desempenho em investimentos, deputado Luiz de Deus, não chega a 10%. Que equipe! Que desempenho! Não chega a 10% do valor previsto! Perguntamos: o que será? Falta de recursos ou falta de competência gerencial? Claro que é a falta de competência gerencial. Claro que é a mudança de secretarias, mais de oito. E quando chegar abril, deputado Antônio Pedrosa, mudarão os oito e mais os três, quatro ou cinco chapa branca que estão aí e que são candidatos.

E como é que vai ficar o nosso governo se, com essa equipe que aí está, só executaram até o momento 28,24% de investimento? Contra fatos não há argumentos. Contra números, não podemos discutir. Aí veio a crise econômica, tivemos uma queda na arrecadação. Apesar de setembro ter sido um mês favorável, pois o ICMS apresentou um crescimento em relação a agosto, ainda foi menor que setembro de 2008. Quando comparado janeiro a setembro de 2009 com o mesmo período de 2008, a queda é de 4,57%, o que representa algo em torno de quase R\$ 400 milhões.

Mas essa queda tem sido compensada, em parte, pelas transferências da União, principalmente as voluntárias, aquelas cujos recursos são liberados através de convênios.

Esses dados foram trazidos por minha assessora... O grupo de V.Ex^a, deputado, não teve competência para fazer Oposição. E nós estamos tendo competência, sim, porque o nosso quadro é bem melhor. Tenha certeza de que a assessoria da Liderança da Minoria é bem melhor do que a assessoria que foi de V.Ex^a.

Veja bem, deputado, o governo federal – e V.Ex^a é um dos arautos do governo Lula – está dando uma grande ajuda ao grande companheiro Jaques Wagner. Sabe quanto ele recebeu? Já são R\$ 557,5 milhões de transferências. Mas não tem competência para aplicar esses recursos que o companheiro Lula está transferindo para a Bahia.

Vamos verificar a execução das despesas da Fonte 31 – contribuições e/ou auxílios de órgãos federais e encontramos uma baixa execução das despesas, pois no exercício de 2007 o Estado recebeu R\$ 89,1 milhões, dando um total, quando somados às aplicações financeiras, de R\$ 96,3 milhões. Sabe quanto desses recursos foram aplicados? Apenas 56,87%, ou seja, de R\$ 96,3 milhões só conseguiram usar R\$ 54,7 milhões.

Deputado Eliedson Ferreira, aquela notícia que foi publicada no *Política Livre*, V. Ex^a poderia fazer chegar as minhas mãos, por favor.

Vejam bem, está publicado hoje no *Política Livre*, do jornalista Raul Monteiro, um dos *blogs* mais conceituados: (lê) “*De costas para a crise, Fazenda contrata curso gerencial sem licitação por R\$ 3,6 milhões.*”

Pelo visto, o secretário da Fazenda está vendo tudo azul.

Crise? O secretário estadual da Fazenda, Carlos Martins, não sabe do que se trata. E de economia? Também não. Que tal de prioridade? Aí já é demais também. Um dos homens fortes do governo – isso mesmo! –, Martins acaba de autorizar sua equipe a dispensar licitação para a contratação de um curso de aperfeiçoamento gerencial para um grupo de funcionários do Fisco por um período de um ano no valor de R\$ 3,6 mi. A contratada felizada é a renomada Fundação Dom Cabral. A dispensa de licitação foi publicada na quinta-feira passada, ante-véspera do feriadinho. Há outra alternativa: Talvez o secretário Não saiba de nada.”

São R\$ 3,6 milhões sem licitação. Não é o Líder da Oposição quem está dizendo, é o jornalista Raul Monteiro, no *Política Livre*.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Um aparte, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Heraldo Rocha, é essa mania do governo de dispensar licitações. E o mais estranho é que isso ocorra na Secretaria da Fazenda. O Sr. Carlos Martins é o secretário encarregado de gerir as contas do Estado, é o responsável pela austeridade, no entanto encontra essa “famosa” Fundação Dom Cabral, “conhecidíssima” no mundo, para dispensar essa licitação.

Infelizmente, o guarda-livros dessa secretaria, além de gerir com incompetência as finanças do Estado, trata o dinheiro público sem a menor

responsabilidade e sem o menor respeito.

É um guarda-livros na função de secretário da Fazenda.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Senhoras e senhores, consideramos que a equipe da Secretaria da Fazenda não tem culpa. São técnicos do mais alto nível. Sempre considerei a Secretaria da Fazenda, e penso que o Brasil inteiro, uma ilha de excelência, com servidores graduados, pós-graduados, com cursos, mas R\$ 3,6 milhões sem licitação!...

É o governo que fez Pituaçu sem licitação. E estamos preocupados porque agora criaram a Secopa, uma secretaria para acobertar mais um companheiro, mais um camarada. E estão criando agora a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais, deve ser para acomodar outro companheiro. Ou seja, esse governo virou um balcão de negócios.

Triste Bahia!

É assim que administram as finanças do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quero apenas informar que quando encerrei a sessão o fiz segundo a permissão do Regimento. A Presidência tem o poder conforme o art. 41, inciso IX, de convocar, dirigir, suspender e encerrar as sessões na Assembleia Legislativa, assim como propor sua prorrogação.

Quero, mais uma vez, dizer que a Presidência continua sempre com a deferência à Oposição. Quero apenas registrar que temos o poder, em casos específicos e atípicos, de suspender a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do Bloco PDT/PSC/PRP para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Com a palavra por todo o tempo, o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, caro nobre deputado Gilberto Brito, na semana passada a Bahia viu a caravana da ministra do diploma falso. A ministra que divulgou em todos os meios de comunicação que era pós-graduada e tinha mestrado e doutorado feitos em universidades importantes. Descobriu-se, deputado Luiz de Deus, que a ministra tem doutorado em mentira.

A pré-candidata que o governo do PT tenta impor à sociedade brasileira já começa o seu compromisso com o povo, com o nosso País pautado na mentira e na enganação. Vem para a Bahia, para a Igreja do Senhor do Bonfim, pensando que, através da fé dos baianos em Senhor do Bonfim, deputado Luiz de Deus, iria ou irá

enganar e ludibriar o povo da Bahia.

Os baianos já foram vacinados com o governo Jaques Wagner. Os baianos estão aprendendo que no decorrer deste governo o PT não faz bem para a Bahia nem para os baianos. O governador só se preocupa em trazer para o Estado uma onda de propaganda. Você viaja pelos quatro cantos do município, vê propagandas em *outdoor*, nas rádios locais, nas TVs retransmissoras regionais, é a prioridade, propaganda para mentir e enganar o povo da Bahia. E foi nesse intuito que a ministra veio para o nosso Estado, pensando ela que as mentiras e as enganações do governo do PT eram o caminho e a forma de enganar e iludir os baianos. Ledo engano, ministra! Nem a força do Senhor do Bonfim será capaz de fazer os baianos nas próximas eleições fazerem o 13 para governador e o 13 para presidente da República.

O povo da Bahia se vacinou, deputado Luiz de Deus; se vacinou contra a propaganda mentirosa; se vacinou contra o estelionato político e eleitoral cometido por esse governo mentiroso. O povo da Bahia se vacinou, deputado Leur Lomanto Júnior, contra um governo que não tem compromisso com a Bahia e nem com os baianos. Um governo que despende o seu tempo para fazer propaganda e tentar enrolar o povo da Bahia. É por isso que a avaliação do governador Jaques Wagner não passa da casa dos 28%. É um dos governadores mais mal avaliados do País.

Então a propaganda não está surtindo efeito. Não adianta ter propaganda e o povo morrer assassinado. Não adianta ter propaganda e o povo morrer nas filas dos hospitais. Não adianta, deputado Luiz de Deus, fazer propaganda e o interior da Bahia não saber o que é obra. E, agora, eles colocam a governadoria para ligar para os municípios: Sr. Prefeito, o governador que ir ao seu município. Quando é o aniversário? Quando é a festa do padroeiro? E os municípios dizem: ele não pode vir aqui porque não tem serviço prestado. Ele não pode vir ao meu município porque sequer tem um caroço de feijão plantado para colher em 2010. E nem pode fazer discurso porque o povo sabe do caos que o Estado vive.

Então não adianta apelar para Senhor do Bonfim e nem para todos os orixás, porque não tem reza nem santo que tire esse governo do buraco. Não tem, deputado Rogério Andrade, remédio que cure essa doença. Esse governo acabou. Olhe aí a dificuldade, para colocar deputado em plenário a governadoria tem que acionar. Ninguém está satisfeito. Os poucos que vêm, uns 32, vêm amarrados, vêm de má vontade, porque ninguém acredita mais. Ninguém acredita em um governo que caminha para o seu quarto ano e não sai do palanque, não sai do discurso. Trazem agora, deputado João Carlos Bacelar, a ministra doutora na mentira, a ministra dos diplomas falsos, para levar ao Senhor do Bonfim, pedir proteção a Deus para que a ajude, mas, infelizmente... Felizmente, para todos os baianos e para o Brasil nem a força do Senhor do Bonfim salvará este barco com Wagner e Dilma no comando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDO RÉGIS:- Concluindo, Sr. Presidente.

Não há santo e nem Jesus Cristo que salvem o barco afundado com Dilma e Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PP/PMN/PRTB, pelo tempo de 9 minutos

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos e o deputado João Carlos Bacelar falará por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, já tive a oportunidade de vir a esta tribuna, por diversas vezes, tratar sobre o estado de abandono em que se encontra a cidade de Itaparica e a Ilha de Itaparica. Tive a oportunidade de estar com V.Ex^a, Sr. Presidente, na campanha do ano passado, quando o PMDB daquele município prestou apoio à candidatura do prefeito Vicente Gonzaga acreditando na pessoa de Vicente para realizar uma administração que Itaparica tanto necessita. Mas, infelizmente, Itaparica se encontra, deputado Heraldo Rocha, num verdadeiro caos administrativo, um verdadeiro abandono, completo, pois o prefeito Vicente Gonzaga abandonou a prefeitura. Não vai à prefeitura, deputado Gilberto Brito. Quem toma conta da prefeitura é um senhor Chamado Ruiter – confesso aos senhores que não sei quem é.

Hoje, qualquer cidadão que mora em Itaparica e vai à Prefeitura Municipal, não encontra o prefeito, encontra o Ruiter, que se diz genro do prefeito, tomando medidas administrativas completamente descabíveis, absurdas: contratações irregulares, mais de 400 pessoas foram contratadas sem concurso público, sem nenhuma satisfação à Câmara de Vereadores, o que ocasionou, deputado Euclides, deputada Marizete, a Câmara de Vereadores, por unanimidade, pedir o afastamento do prefeito Vicente. E assim foi feito. O prefeito foi afastado do cargo, mas voltou na semana passada. Já foi dada entrada no processo de cassação do prefeito Vicente pelas medidas administrativas incorretas que ele vem tomando à frente da Prefeitura de Itaparica.

Eu fico triste. Diversas vezes vim a esta tribuna, pois tenho laços afetivos com a Ilha de Itaparica, já pude relatar aqui, diversas vezes, o caos na segurança pública daquele município. Itaparica, que é reconhecida como um grande potencial turístico, hoje vive esse verdadeiro caos administrativo, sem nenhuma perspectiva de melhora no seu lado econômico, no seu lado do crescimento turístico que é tão importante para aquele município. Itaparica, no passado, foi manchete nos jornais pelo assassinato de um velejador internacional, que aportou na marina de lá e que, infelizmente, foi assassinado, sendo detectada a falta de apoio, de estrutura para se ter

uma segurança pública adequada naquele município. Foi enviado, naquele momento, o delegado Magalhães, que foi mencionado que seria o salvador, o super-homem, que iria resolver todos os problemas de Itaparica. Mas o problema não é a pessoa que está à frente do município, mas a falta de estrutura, viaturas, equipamentos, armamentos para combater a violência, que, a cada dia que passa, vem aumentando naquele município.

Espero que o Ministério Público esteja atento aos desmandos administrativos que vêm ocorrendo na prefeitura. A Câmara de Vereadores já instalou o processo de cassação do prefeito, e espero que isso ocorra, porque Itaparica precisa de pessoas que, realmente, estejam comprometidas em levar aquele município às manchetes em que ele precisa estar, como o grande polo turístico do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. Sérgio Passos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sérgio Passos.

O Sr. Sérgio Passos:- Deputado Marcelo Nilo, que preside esta sessão, o colega Leur Lomanto Júnior veio até esta tribuna e falou sobre a situação da administração em Itaparica. Gozo da amizade pessoal do prefeito Vicente, conhece-o há muitos e muitos anos, não só como servidor público, funcionário dos Correios, mas também como prefeito, já que fomos prefeitos juntos por duas vezes. O prefeito Vicente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a se importaria de, no horário de discursar na tribuna, lhe dar 5 minutos no horário do partido? Não sendo uma questão de ordem, gostaria da compreensão de V.Ex^a.

Sr. Líder, depois do horário do PMDB, é o dos Democratas, depois o PT, então V.Ex^a fala nesse horário do PT. Se V.Ex^a me permitir. Não gostaria de abrir essa exceção. V.Ex^a sabe do apreço e da admiração que tenho pelo prefeito Vicente, de Itaparica, um dos homens mais sérios que conheci na vida pública.

O Sr. Sérgio Passos: - Exatamente, as suas palavras confirmam o que queria dizer, é um dos homens mais sérios que pode administrar um município da Bahia, concordo e dou-me por satisfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Se V.Ex^a quiser, tem horário à vontade, é só pedir, que concederei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, como é bonito vermos aqui os juracysistas voltando com toda força a esta Casa, na defesa, dois históricos juracysistas: o presidente Marcelo Nilo e o deputado Sérgio Passos, defendendo esse prefeito que é o marco na história do juracysismo baiano.

Mas, Sr. Presidente, há no Brasil uma injusta repartição de receitas. O governo federal fica com 60% dos recursos, o estadual, com 25% e o municipal, com 15%. Mesmo assim, a incompetência do governo Wagner transfere para os municípios baianos atribuições que são exclusivas do governo do Estado.

Na área da segurança pública, as prefeituras têm de dar alimentação à polícia, manter as delegacias e, hoje, complementam os salários de delegados e oficiais da Polícia Militar.

Na área de educação, as prefeituras têm que arcar com o transporte escolar de alunos da rede estadual. Mas a falta de pudor do governo Wagner chegou ao limite nesses dias! No Programa Saúde da Família, o governo do Estado contribui, em média, para cada posto, com menos de 3%. Um Posto de Saúde da Família, que custa R\$ 35 mil reais, o governo federal entra com R\$ 5 mil, o do Estado, com R\$ 1.200,00 e quase R\$ 30 mil reais são responsabilidade dos municípios. Pois bem, o secretário Jorge Solla, esse ilustre secretário que hoje a deputada Eliana Boaventura alçou ao patamar de “salvador da saúde de Feira de Santana”, que era um caos, segundo a deputada, no governo César Borges, no governo Paulo Souto e na administração de José Ronaldo, todos três muito próximos da deputada.

Pois bem, o secretário Jorge Solla mandou para todas as prefeituras da Bahia jalecos para que os médicos usem nos postos de Saúde da Família, deputado Heraldo Rocha, e, pasme, com a marca do governo da Bahia, a Bahia de todos nós, de todos nós companheiros, de todos nós amigos, de todos nós do feudo, e não de todos os baianos, porque a Bahia Pesca, por exemplo, é a Bahia de todos nós de um determinado grupo político! Foi isso que o deputado Paulo Rangel denunciou aqui, então não é a Bahia de todos nós!

Enquanto faltam remédios, falta a efetiva ação na área da saúde, o governo Wagner, na sua megalomania, na utilização excessiva da mídia, quer, agora, pôr também como realização do seu governo, da Secretaria da Saúde o Programa Saúde da Família. É um desplante, uma falta de princípios, é querer submeter o Estado à ditadura de um partido, de um governador que está entre os piores que já passaram pelo Bahia! É um governo que não tem norte, não tem projeto; que não traz desenvolvimento para o Estado; que vive da politicagem e que, nos últimos tempos, da traição aos seus antigos companheiros por causa dos novos companheiros.

Dizem que o lema do governador Wagner é amigos novos, porque não há demanda. Os antigos amigos, os amigos de outrora têm muita demanda e não devem passar perto do Palácio de Ondina, haja vista que as grandes amizades do governador Wagner são as novas amizades, enquanto as antigas amizades são esquecidas por ele.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Democratas para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo, o deputado Luiz de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus,

pelo tempo de nove minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos, há pouco, o contraditório ao nosso pronunciamento feito pela nobre deputada Eliana Boaventura, que dizia que se trouxe à discussão, deputado Paulo Rangel, matéria requeitada.

Ora, o que não esquentei não posso requeitar, é a lógica! Quem fez um pedido, no nosso entendimento, ao Sr. Governador, ao governo, na sua totalidade, para fiscalizar melhor o emprego do dinheiro público, cumpriu uma função nobre do deputado, a qual se torna mais nobre ainda quando feita por um deputado da Situação, que também tem a obrigação, tanto quanto nós da Oposição, de fiscalizar o governo e como o dinheiro do Erário público está sendo aplicado.

Deputada, não pense V. Ex^a que isso vai ficar assim, não! V. Ex^a chega aqui e diz que é matéria requeitada, está resolvido, e quem quiser falar com o secretário da Agricultura...Não, deputada, pois vamos pedir, através de requerimento, ao Sr. Presidente da Comissão de Agricultura que convoque o Sr. Secretário da Agricultura e o Sr. Presidente da Bahia Pesca para virem a esta Casa dar as devidas explicações. Não é justo, deputada, que se forme uma associação de falsos piscicultores, que essa associação faça convênios com o Estado para se utilizar da estrutura da secretaria e do erário para outros fins que não é o bom fim de servir à sociedade baiana. Isso não é justo.

E V.Ex^a, como alguns deputados que me precederam nesta tribuna, acusou que o governo de nós da Oposição já acabou, e que não acabou, o que acabou foi a ditadura. Nobre deputada Eliana, em que pese a nossa amizade, devo dizer a V. Ex^a que, com certeza, não se tratava de ditadura. Não é possível, V. Ex^a, que fez nesta tribuna uma série de pronunciamentos laudatórios aos governos passados, hoje venha dizer que era uma ditadura. Não, deputada, não era ditadura, é uma democracia como essa que hoje fazemos. Nada mais, nada menos.

Ora, eu poderia dizer a V. Ex^a: nós da Situação de ontem nunca agredimos o Regimento desta Casa tanto quanto V. Ex^as hoje o fazem. No entanto não estou dizendo que existe uma ditadura, continua sendo uma democracia como antigamente. V. Ex^a precisa também ter o cuidado quando se refere aos números desta tribuna e fazer isso com a certeza, porque V. Ex^a aqui disse que o governo Jaques Wagner construiu 10 salas cirúrgicas num hospital em Feira de Santana. Isso não é verdade, deputada. Existiam 5 salas, ele fez a reforma dessas e construiu mais cinco. Dessas 10, deputada, só funcionam três e V. Ex^a não disse isso aqui para a plateia. E sabe por que não funciona, deputada? Porque não tem pessoal, não tem o médico, não tem o paramédico.

Deputada, o que vale não é o que dizemos desta tribuna, não, o que vale é o povo que está recebendo a atenção em saúde, se ele está satisfeito ou não, deputada. Isso é o que vale, não é falácia pura, que é o que vemos aqui. Pelo que se ouve aqui, os problemas da Bahia estão resolvidos.

Deputada, um governo que diz que vai alfabetizar dois milhões de baianos com 48 milhões de reais. V. Ex^a já teve o cuidado de fazer a conta? Sai R\$ 24,00 para alfabetizar cada baiano. Deputada, isso não é uma coisa séria. V. Ex^a acredita que

pagar a um professor do TOPA metade de um salário mínimo para essa pessoa arranjar o alunado, e ainda mais pagar o aluguel de uma sala, isso é coisa séria, deputada?! Isso é coisa de V. Ex^a se orgulhar, deputada?

Ora, o nobre Líder do governo, na gestão passada, apresentou uma emenda ao orçamento para que dos 25% da educação 5% fosse destinado às universidades baianas estaduais. Evidentemente, não foi aceita. Nesse ano que passou apresentamos a mesma emenda e o líder rejeitou. Então, deputada, a democracia que fazemos hoje é a mesma que se fazia antes, não é mais nem menos, deputada.

Agora, eu desafio V. Ex^a vasculhar a Taquigrafia desta Casa e encontrar um pronunciamento deste parlamentar com discurso laudatório a qualquer dos governos que passaram. E me habito, deputada, é a perseguir a verdade, trazer para esta Casa os fatos tais quais eles são.

Tenho a certeza de que V. Ex^a, que foi tão amiga, V. Ex^a está sendo inscrita. V. Ex^a se recorda como professora do tempo do verbo “está sendo inscrita”, tal qual V. Ex^a fez conosco. Há bem pouco tempo, eu pedi um aparte e V. Ex^a disse: V. Ex^a está inscrito. Eu não digo V. Ex^a está inscrita, eu digo: V. Ex^a está sendo inscrita. Está se processando ainda, está em ação, um mecanismo de ação que não terminou ainda.

Mas, deputada, falamos da saúde, da educação. O deputado Bira Corôa também falou aqui, que quem construiu este Palácio, naquele tempo não havia democracia, hoje, sim, existe democracia.

O Sr. Heraldo Rocha:- (Fora do microfone) Que democracia? Os funcionários ficam ali no cafezinho para ver se os deputados estão aqui dentro. Isso é patrulhamento.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado, é exatamente a mesma coisa. Talvez até ontem se fizesse um pouco mais de democracia do que hoje. Quantas vezes, me diga aqui, V. Ex^{as} já alteraram o Regimento para atender ao governo?

O Sr. Bira Corôa:- Nenhuma.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- No nosso tempo não havia isso não, deputado. O que havia era uma bancada que estava aqui sempre firme, isso era o que havia, mas nunca alteramos o Regimento, nunca. Nem se fez aqui nenhuma PEC para se alterara Constituição do Estado, isso não. Hoje mesmo, vamos votar a alteração do Regimento, deputado.

Ora, V. Ex^{as} estão fazendo um absurdo com os senhores servidores. V. Ex^{as} sabem que no Estado existem 3 tetos salariais: o do Judiciário cujo teto é o salário dos desembargadores; o do Legislativo cujo teto é o salário dos Srs. Deputados; e o do Executivo cujo teto é o salário do Sr. Governador. Os senhores querem aprovar um projeto que é uma aberração jurídica. Querem aumentar o salários dos servidores sem aumentar o salário do governador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Os senhores que fazem as leis são os primeiros a quererem fazer essas aberrações jurídicas.

Agradeço, presidente, a tolerância de V. Ex^a. Mas queremos, sim, votar para dar aumento aos senhores servidores, mas queremos que o projeto seja constitucional.

Isso é o que nós queremos.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o projeto de resolução nº 1.984/2009 de autoria do deputado Waldenor Pereira, que altera o art. 50 e o caput do art. 53 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985. (Pub. no D.L. Em 05/3/2009)

Para relatar a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça o deputado Paulo Câmara.

Faltou o tempo do PT.

V.Ex^a dispensa o tempo do PT? O deputado Waldenor dispensa o tempo do PT. Muito obrigado pela lembrança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, *parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de resolução 1.984/2009 de autoria do eminente Líder do Governo deputado Waldenor Pereira com o apoio de 24 outros parlamentares, que “Altera o art. 50 e o caput do art. 53 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985”.* É, simplesmente, o Regimento Interno.

(Lê) *“A proposição que ora venho relatar, de autoria do eminente Deputado Waldenor Pereira, com subscrição de vinte e quatro outros Srs. Parlamentares, tem por objeto a alteração do regimento Interno da Assembléia Legislativa, no que respeita à composição das suas Comissões Permanentes e Temporárias.”*

Aí, incluía-se no conceito de comissão a Mesa Diretora.

(Lê) *“Com a proposta, teriam as comissões Permanentes alterada a composição, passando de 8 para 9 integrantes, enquanto as Temporárias, cujo número de participantes é fixado no ato de criação, deveriam ter um número ímpar de membros.”*

O projeto,... quero chamar a atenção, Sr. Líder Waldenor, o projeto que V.Ex^a apresentou nesta Casa que tramita a cerca de 6 meses não recebeu nenhuma emenda, nem dos deputados do governo, nem dos deputados da Oposição.

Caro e nobre Líder Paulo Azi, isso não é significativo, não. Isso é extremamente significativo porque se houvesse uma resistência, a primeira coisa que a Oposição deveria fazer era apresentar emenda ao projeto, Sr. Presidente, para demonstrar que o deputado Waldenor teria ou não motivos para a alteração desse número de 8 para 9.

Mas, Sr. Presidente, ninguém apresentou uma emenda sequer. Por isso, na falta de contribuição da Oposição ao projeto do deputado Waldenor, o relator apresentou emendas.

(Lê) *“O art. 1º do Projeto de Resolução nº 1.984/2009 passa a ter a seguinte redação devendo-se ainda, na redação final, proceder a adaptação da ementa da proposição:*

“Art. 1º - O § 1º do art. 40 e o inciso XVIII do art. 41 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 40 –

.....

§ 1º - As decisões da Mesa Diretora serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade de seus membros, cabendo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Parlamentares da Assembleia...”

Então, essa emenda é democrática, moderna e atualiza o nosso Regimento colocando-o, por via de consequência, iguais a todos os números da maioria dos parlamentos estaduais brasileiros. Apesar, Sr. Presidente, de eu não conhecer mesmo em conselhos ou em comissões o número par, normalmente você fala em comissão de 3, de 5, de 9, de 15, como existem várias comissões de Constituição e Justiça ao longo dos estados federativos, mas poucos ou quase nenhum tem número par de emenda.

O artigo 41 do qual eu falei: (lê) *“(...) declarar rejeitado o projeto de lei, resolução ou decreto legislativo que tiver recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões que o apreciaram, salvo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Deputados e encaminhado ao Presidente da Assembleia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da decisão da última Comissão, para que este designe Relator, que emitirá parecer único para todas as Comissões, submetendo-o à deliberação do Plenário.”*

Nobre Líder deputado Paulo Azi, na prática, significa que nós deixamos de ter como última instância a comissão. Eu não conheço no ordenamento jurídico nacional última instância em instâncias que têm ainda onde você recorrer. Em último caso, você chega ao Superior Tribunal Federal. Sempre a última instância é uma instância jurídica superior. Aqui, não. No primeiro degrau da escada, nós eliminávamos, por exemplo, as contas do governador, se rejeitadas, seriam arquivadas. O orçamento transformava a comissão de Finanças e Orçamento em comissão terminativa, sem direito a recorrer.

Então, a proposta do Líder Waldenor restabelece o pleno direito a esta Assembleia, aos deputados, que em última instância a deliberação superior desta Casa é o Plenário. Essa emenda é profundamente emenda de conteúdo e cheia de mérito.

Por isso, Sr. Presidente, (lê) *“A presente emenda contempla o direito da maioria absoluta dos Parlamentares de apresentar requerimento para que o projeto rejeitado, quanto ao mérito, em todas as Comissões, possa vir a ser deliberado pelo Plenário, o mesmo se aplicando às decisões da Mesa Diretora. Ocorre que várias das proposições que são submetidas à Assembléia são apreciadas, quanto ao mérito, em uma só Comissão, o que faz com que a sua aprovação fique na dependência da aquiescência de apenas quatro Deputados, já que se trata de maioria simples. Nada mais justo, portanto, que a maioria dos Parlamentares que integram a Assembléia possa requerer a revisão desta decisão. O direito brasileiro contempla o duplo grau de jurisdição, ou seja, o direito que a parte vencida no processo tem de submeter a uma instância superior o reexame da matéria, para identificar o seu acerto ou não.*

No âmbito do Poder Legislativo esta instância superior é o Plenário, que decide soberanamente sobre quaisquer recursos que venham a ser interpostos. O que se busca é a afirmar soberania do Plenário sobre as demais instâncias da Casa.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado, com as alterações introduzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2009.

Deputado Paulo Câmara

Relator”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, antes de solicitar uma verificação de quórum para a votação, eu gostaria de perguntar ao deputado Paulo Câmara, pois ficou uma dúvida do acordo feito na semana passada. Pelo que entendi daquele acordo, o único item votado deste projeto hoje seria com relação à deliberação vir ao Plenário com 32. Eu não entendi ali se ele retirou. Só falou que não há qualquer emenda. Só fez a correção desta emenda. Os outros itens do projeto, não entendi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É só do acordo dos 32.

(Alguém se manifesta em Plenário.)

O Sr. Gaban:- O resto tirou. Então, solicito uma verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria fazer a V.Ex^a, na verdade, um questionamento a respeito do restabelecimento dos 25 minutos, ou seja, se este estaria garantido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na comissão são 15 minutos. Na comissão, a votação são 15 minutos. No Plenário, são 25. Agora, na comissão são 15.

O Sr. Waldenor Pereira:- Então, serão garantidos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os 15 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Agradeço pela resposta.

Convoco todos os parlamentares, deputados e deputadas de nossa base da Situação, para se deslocar imediatamente até o Plenário desta Casa Legislativa, porque há uma verificação de quórum de votação solicitada pelo deputado Carlos Gaban. Portanto, quero conclamar, convidar todos eles para que logo se desloquem até aqui, já que existe uma solicitação de verificação do quórum de votação.

Eu gostaria de que V.Ex^a, Sr. Presidente, nos ajudasse acionando as campanhas convocando todos os parlamentares que se encontram nas diferentes dependências desta Casa para que possamos votar este projeto de resolução o mais rápido possível.

Srs. Parlamentares da base do governo que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho, restaurante, na biblioteca e em outras dependências deste Legislativo, desloquem-se imediatamente até o Plenário, pois há uma solicitação de verificação do quórum de votação.

Quero também, Sr. Presidente, para concluir, solicitar de V.Ex^a informação a respeito de quais comissões estão envolvidas na votação deste projeto para que nossos colegas parlamentares estejam atentos também a esta questão. Eu perguntaria - se não me engano- se seriam a Mesa Diretora...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Comissão de Constituição e Justiça e Comissão Especial do Regimento. São três.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pronto. Os colegas membros da Comissão de Constituição e Justiça, Mesa Diretora e Comissão Especial do Regimento desta Casa que se desloquem imediatamente, pois já teremos inicialmente a votação no âmbito dessa 3 comissões.

Esta é mais uma questão de ordem. Agradeço, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, Salão Nobre e em outros recintos desta Assembleia, há quórum de votação. Marquem 15 minutos. Comissão, 15 minutos. Chamarei.

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com o voto contrário do deputado Paulo Azi.

Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, V.Ex^a vai ouvir o parecer da Comissão de Reforma do Regimento ou vai submeter a votação?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, já coloquei em votação na Comissão de Constituição e Justiça e agora vou à próxima comissão.

O Sr. Paulo Azi:- Vai ouvir o parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí será outro parecer. O da CCJ está aprovado, ele é constitucional.

Vamos à próxima comissão, Comissão Especial do Regimento. Designo o deputado Gilberto Brito para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Gilberto Brito para relatar a matéria.

O Sr. GILBERTO BRITO:- (lê) *“Parecer da Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno ao Projeto de Resolução nº 1.984/2009, de autoria do deputado Waldenor Pereira, com apoio de vinte e quatro outros parlamentares, o qual 'altera o art. 50 e o caput do art. 53 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985'.*

A proposição que ora venho a relatar, de autoria do eminente deputado Waldenor Pereira, com subscrição de vinte e quatro outros Srs. Parlamentares,

objetiva a realização de novas alterações no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Apreciado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, recebeu o projeto nova redação, em virtude de acordo entre as Lideranças desta Casa, estabelecendo uma nova sistemática relativamente à tramitação de matéria que tenha recebido parecer contrário no âmbito de todas as Comissões que a apreciaram quanto ao mérito, o mesmo ocorrendo relativamente às decisões das Mesa Diretora. Entendo como uma proposta salutar, na medida em que possibilitará o pronunciamento do Plenário em tais matérias, impedindo o arquivamento sumário de uma proposição, às vezes sob o pronunciamento de uma única Comissão de mérito. Tal possibilidade de revisão é, pois, salutar ao bom desempenho desta Casa.

Dessa forma, e em plena concordância com os termos do Acordo, opino favoravelmente à aprovação do projeto, com a nova redação que lhe foi dispensada no âmbito da referida CCJ.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2009.

Deputado Gilberto Brito, Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

OSr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está pedindo quórum? Deu quórum na primeira comissão, deputado. Está sendo comissão por comissão, deputado, não é conjunta, são coisas distintas.

V.Ex^a será atendido.

O deputado Heraldo Rocha pede verificação de quórum no âmbito da Comissão Especial para Reforma do Regimento. V.Ex^a será atendido.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a quer que peçamos em nível de todas as comissões, tudo bem, V.Ex^a será atendido, é uma inovação, a administração de V.Ex^a está inovando nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Não, deputado, é porque não é conjunta, quando é conjunta é apenas uma comissão, mas quando é separada, sou obrigado a fazer separadamente.

(Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próxima e última comissão. Designo o deputado Roberto Carlos para relatar pela Mesa Diretora.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, povo que prestigia esta Casa, funcionários, (lê) “*Parecer Da Mesa Diretora, ao Projeto de Resolução nº 1.984/2009, de autoria do Deputado Waldenor Pereira, com apoio de vinte e quatro outros parlamentares, o qual 'Altera o art. 50 e o caput do art. 53 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985'.*”

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do eminente Deputado Waldenor Pereira, com subscrição de vinte e quatro outros Srs. Parlamentares, tem por objeto a alteração do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Apreciado no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça e Especial para Reforma do Regimento Interno, recebeu o projeto nova redação, em virtude de Acordo entre as Lideranças desta Casa para votação na presente Sessão.

Dessa forma, e em plena concordância aos termos do Acordo, opino favoravelmente à aprovação do projeto, com a nova redação que lhe foi dispensada no âmbito da referida CCJ.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2009”.

Lido o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero fazer-lhe um apelo. V.Ex^a tem conhecimento de que o deputado Fernando Torres, que faz parte da Mesa Diretora, está licenciado. O art. 40, § 2º, é muito claro: “*Serão eleitos 05 (cinco) Suplentes, pelo processo previsto neste Regimento, que funcionarão junto à Mesa, cabendo aos eleitos a substituição, em regime de revezamento dos titulares, nas suas ausências ou impedimentos, dentro da mesma agremiação partidária.*”. É o que diz o Regimento no seu art. 40, § 2º.

Sendo assim, Sr. Presidente, o suplente do deputado Fernando Torres hoje – até porque o critério que V.Ex^a utilizou para todas as definições nesta Casa, tanto na formação de comissões como nos seus representantes, foi o da data atual –, é o deputado Eliedson, que pertence ao Partido do Democratas, o mesmo do parlamentar licenciado.

Quero fazer-lhe um apelo. Se V.Ex^a for ver à luz do Regimento, o suplente do deputado Fernando Torres é o deputado Eliedson. Em última hipótese, Sr. Presidente, que o senhor não considere nenhum parlamentar como suplente do deputado Fernando Torres, que hoje, repito, encontra-se filiado ao Partido Democratas.

Faço esse apelo para que o senhor não force a Oposição a ir, mais uma vez, à Justiça questionar uma decisão sua contra o Regimento Interno desta Casa, que é, reitero, muito claro. Se V.Ex^a tem dúvidas, o mais correto é não designar nenhum suplente para responder pelo deputado Fernando Torres.

Caso V.Ex^a verifique à luz do Regimento, para mim não tem dúvida, o suplente é o deputado Eliedson. Mas repito, se V.Ex^a tem dúvida, para evitar que a Oposição, mais uma vez, seja forçada a ir à Justiça requerer os seus direitos, é o apelo que faço a V.Ex^a e que V.Ex^a também verifique o quórum da Mesa Diretora desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a sabe do apreço e respeito que lhe tenho, inclusive essa matéria já é vencida aqui no Plenário.

O artigo 40 é muito claro quando diz que “*serão eleitos cinco suplentes, pelo processo previsto neste Regimento, que funcionarão junto à Mesa, cabendo aos eleitos a substituição, em regime de revezamento dos titulares, nas suas ausências ou impedimentos, dentro da mesma Agremiação Partidária.*”

Quando o deputado Fernando Torres foi eleito, ele era do PRTB, e o suplente eleito de Fernando Torres, era da sua mesma Agremiação Partidária que, no caso, era liderada pelo deputado Waldenor Pereira.

Eu não posso modificar uma decisão da eleição. É diferente de indicação de Comissão, deputado. V.Ex^a sabe do apreço e admiração que lhe tenho, mas não posso modificar uma decisão da eleição. O deputado Fernando Torres quando pediu licença, o seu suplente é o da sua Agremiação.

O Sr. Paulo Azi:- Mas a deputada Maria Luiza não pertence à Agremiação Partidária do deputado Fernando Torres.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas ela pertence ao Bloco ...

O Sr. Paulo Azi:- Nós fomos à Justiça pedir para que V.Ex^a utilizasse a data da eleição. V.Ex^a foi contra, V.Ex^a foi à Justiça contra a Oposição dizendo que a data da eleição não vale. Não é possível que valha só para isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, sem querer discutir com V.Ex^a, mas somente para mostrar o apreço e a admiração que lhe tenho, a eleição do deputado Fernando Torres, quando ele foi eleito, o seu suplente era a deputada Cleide.

Quando ele foi eleito segundo vice-presidente da Casa, o suplente eleito, eleito, foi a deputada Maria Luiza Laudano, que é a deputada mais votada do Bloco Partidário liderado pelo deputado Waldenor Pereira.

É diferente de Comissão porque esta é indicação, não é eleição. Por exemplo, eleição numa Comissão, independentemente se o Partido tem um ou dois ou três ou sete, o que for eleito lá, eu sou obrigado a cumprir e aceitá-lo.

Este assunto já está encerrado. Vamos para a votação, deputado.

V.Ex^a quer uma verificação de quórum, vou fazer a verificação de quórum.

(O Sr. Presidente procede a verificação nominal de quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Vamos para o Plenário.

Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Eu quero apenas registrar, Sr. Presidente, que V.Ex^a tomou uma decisão que nós consideramos equivocada; considerou a deputada Maria Luiza como membro titular da Mesa Diretora, em substituição ao deputado Fernando Torres.

Não existe no Regimento nada que autorize a indicação, pelo maior apreço que tenho à deputada Maria Luiza, não é uma questão com a deputada, ela sabe disto, mas não existe no Regimento nada que dê poderes à Presidência para colocar a deputada como membro titular em substituição ao deputado Fernando Torres.

Quero comunicar a V.Ex^a que a Oposição ingressará na Justiça contra essa

decisão de V.Ex^a e essa votação. Portanto o próprio projeto de resolução estará *sub judice* quando a Oposição for à Justiça quanto à decisão de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, para mostrar mais uma vez que tenho apreço por V.Ex^a, recorrerei da minha decisão ao Plenário. É o Plenário que vai decidir já que V.Ex^a argumenta que é omissa.

O Sr. Paulo Azi:- Vai recorrer, Sr. Presidente? V.Ex^a já aprovou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu tenho o direito nas próximas votações.

O Sr. Paulo Azi:- Já foi votado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Essa votação já está encerrada, mas V.Ex^a continua questionando.

O Sr. Heraldo Rocha:- O senhor já colocou em votação, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esse assunto já está encerrado, mas eu, na posição de presidente, tenho o direito de recorrer da minha decisão ao Plenário. Recorrerei ao Plenário para que ele ratifique ou retifique a minha decisão.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a vai recorrer de uma decisão sua?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu tenho o direito de recorrer.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a está recorrendo de uma decisão sua? Não estou entendendo! Quem pode pedir recurso ao Plenário sou eu, mas não estou pedindo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O presidente tem o direito de recorrer...

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a tem direito de recorrer de uma decisão sua?

O Sr. Heraldo Rocha:- O senhor já colocou em votação, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a anunciou o resultado! Essa é uma matéria vencida!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, eu estava imaginando que o deputado Paulo Azi dizia que estava omissa no Regimento e que estaria recorrendo da minha decisão. Nesse caso eu aceitaria.

Deputado Paulo Azi, V.Ex^a não está recorrendo?

O Sr. Paulo Azi:- Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, esse já é um assunto encerrado.

Deputado, o art. 228 é muito claro ao dizer que as questões de ordem serão resolvidas pelo presidente com recurso voluntário para o Plenário. Qualquer cidadão pode recorrer, mas eu estava imaginando que V.Ex^a dizia que era omissa e aceitaria que a questão fosse levada para resolução do Plenário, e era isso que eu estava fazendo. Assim, o assunto já está encerrado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Passaremos à discussão da matéria no Plenário. Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvindo o relato do prezado deputado Paulo Câmara, me veio a imagem de quando era presidente desta Casa e havia nomeado, atendendo a solicitação das Lideranças da Casa, uma comissão para reforma do Regimento. Nessa ocasião, quase por consenso, chegou-se a conclusão de que o deputado Reinaldo Braga deveria ser o presidente dessa comissão e o deputado Paulo Câmara seria o relator do projeto.

Lembro-me de que tinha tomado uma decisão na época que só faria qualquer mudança no Regimento Interno da Casa por consenso – até porque entendia e continuo entendendo que o Regimento Interno não passa por governos que são transitórios, mas é um instrumento do Poder Legislativo do Estado da Bahia.

E lembro-me de que quase todos os itens da reforma do Regimento tinham sido aprovados por consenso, mas ficou uma pendência concernente ao tempo de obstrução, e para que não ficássemos até a madrugada, seria reduzido, no Plenário; nas comissões, não, para discutir, 10 minutos ao invés de 20. A Oposição esperneou e não concordou, porque dizia, à época, que iria tirar o único instrumento que a Oposição tinha de protestar, fazendo com que as votações na Casa ficassem até as madrugadas. Como presidente, entendi àquela época que a Oposição tinha razão em fazer esse questionamento, e não o aprovamos.

Para me suceder veio o deputado Clóvis Ferraz, com a mesma linha de raciocínio, não houve consenso em termos da reforma do Regimento, que queriam mudar, e V.Ex^a era o relator, deputado Paulo Câmara, da redução do tempo de 20 para 10 minutos. O deputado Clóvis Ferraz tomou a mesma decisão que tomei: não existe consenso, não vamos mudar um instrumento que independe de governos passageiros ou transitórios.

De lá para cá, todo mundo mudou. Eu me lembro que havia alguns que diziam: carlistas não pensam, votam. E, agora, os ligados ao governador Jaques Wagner o que fazem? Atendem à intimação dos assessores de um determinado secretário, que continuam, mesmo depois da palavra do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, de que iria impedir a presença de assessores de um secretário de vir pressionar deputados, tirando uma das liberdades que tínhamos aqui nesta Casa nas conversas informais, nós e a imprensa.

Hoje, ficamos constrangidos e continuamos, porque existem assessores do secretário Rui Costa aqui fiscalizando, pressionando, vendo o deputado que está faltando, para ligar para Rui dar um esporro. Quem não está, leva um esporro da própria assessoria de Rui, que continua importunando aqui, tirando a nossa liberdade na sala do cafezinho, que sempre foi privativa.

Vejam, pior do que isso, a superveniência dessa Bancada, já vi colocarem comissões que nunca fizeram parte de discussão no projeto. Mas neste governo republicano pode, deputado Waldenor, depende da vontade da minoria, cada vez menor que V.Ex^{as} têm. À medida que vai diminuindo o número, enquanto vocês têm 32, vão acabando com o instrumento que temos aqui, que é o Regimento da Casa. Nem na época da ditadura tiveram coragem de mudá-lo.

A Bancada superveniente deste governo se esquece que, daqui a um ano e 3 meses, acabou o governo Wagner, vai embora. Nós vamos reassumir o governo e não vamos mudar mais essas atrocidades que vocês fizeram. Vocês estão trazendo um prejuízo não é para a Minoria, nós temos instrumentos e vamos continuar recorrendo à Justiça, apesar de o governo Wagner acreditar que também o Judiciário é superveniente, que tem a letargia que têm as ações deste governo, que não julga absolutamente nada. O que chega lá, para.

A Justiça tem sido letárgica, a Justiça do nosso Estado tem atendido às determinações do Executivo. O Ministério Público, nem se fala. Cadê o Ministério Público do nosso Estado? Cadê o Tribunal Regional Eleitoral, quando se usa a máquina do governo para barganhar cargos visando à reeleição ou à tentativa de reeleição do atual mandatário do Palácio de Ondina? O TRE fica calado, o Ministério Público não age, quando o governador, por diversas vezes, diz: estou no fazer uma reforma no meu secretariado visando à eleição de 2010. Bonito!

E a Casa então, nem se fala. Agora, tirou mais um direito. O governo Wagner o que é que faz? Sabe que está perdendo também a maioria nas comissões. Aí, lembro, deputado Paulo Câmara, V.Ex^a, que defendia com tanta ênfase, e nós impedimos o nosso governo que fizesse uma atrocidade no Regimento Interno em apenas um item: diminuir o tempo de discussão no Plenário. Agora, tentaram mudar até o número de comissões e permitir o presidente votar duas vezes.

Agora, tiram, deputado Paulo Azi, o que considero uma das coisas mais importantes da Assembleia Legislativa: o trabalho das comissões técnicas. Acabaram com a Casa Legislativa! Não sei mais o que estamos fazendo aqui! O lugar das discussões técnicas é nas comissões, é lá que os segmentos organizados da sociedade se manifestam, levam as colaborações; que colhemos os subsídios, que se discute, tecnicamente, qualquer projeto que, porventura, entre nesta Casa, independente do Poder!

Aqui no Plenário travamos as discussões políticas, mas este governo, que se diz republicano, rasga, toda vez, o Regimento Interno, que não existe! É um projeto do Líder do governo, deputado Heraldo Rocha! Olhe a petulância, os absurdo a que chegamos! É como diria Mangabeira: se houver um absurdo não se assustem, porque na Bahia há precedente”.

Agora, o Líder do governo desrespeita e atropela uma comissão criada com o objetivo de fazer a reforma do Regimento! Se os deputados tivessem amor próprio, nem digo ao poder Legislativo, porque já vi que não têm, fariam o que eu e o deputado Leur Lomanto fizemos: saímos da Comissão de Reforma do Regimento, porque ela é uma balela, uma mentira! Essa comissão é desrespeitada pela própria Casa, pelo próprio Líder do governo! Para que se criou a Comissão de Reforma do Regimento?

Deputado Gilberto Brito, entendo, e não quero entrar no mérito, o fato de hoje V. Ex^a estar na base de Wagner! Isso é problema de V. Ex^a, que tem uma coisa que sempre admirei: posicionamentos seguros, firmes! Estão desrespeitando todos, e não apenas os membros da referida comissão! Foi por isso que renunciei. Tinha-o feito verbalmente e, para não ter dúvida, hoje o fiz por escrito ao presidente da Casa.

Mas V. Ex^a é o presidente da Comissão de Reforma do Regimento, e ela foi desrespeitada, presidente Gilberto! Não posso entender: V. Ex^a tem um passado, tem um presente, e a polícia está sentindo muito a falta de V. Ex^a lá, pois poderia estar ajudando a combater ou mesmo acabar o crime organizado, que tomou conta do nosso Estado. Nesse fim de semana, oito bandidos invadiram a casa do prefeito de Terra Nova, onde estavam também a mulher e a filha dele, e bateram, bateram,

bateram bastante nele, porque não há policiamento! E isso está ocorrendo em todo lugar e com todo mundo!

Agora desrespeitar a Casa, deputado Gilberto, desrespeitar V. Ex^a, que é presidente da comissão? O Líder do governo dá entrada, usando uma expressão forte, na calada da noite, a um projeto, desrespeitando uma comissão composta de oito membros, sendo cinco suplentes, para fazer a reforma do Regimento! Por muito menos, quando presidente, não permiti que se tirasse da Minoria o direito de ter os 20 minutos para discutir! E, agora, vocês querem tirar o direito dos segmentos organizados da sociedade virem aqui apresentar suas sugestões? Vocês tiram o direito, porque, se não agradou o governo, a gente muda, modifica! Que sociedade? Bananas para a sociedade! É isso, em outras palavras, que o governo está fazendo, e a Casa se cala!

Vocês têm de entender que esse não é um projeto de Wagner, esse é um projeto que acaba com a autonomia das comissões técnicas da Casa, um projeto ditatorial, que remete à época da ditadura, aliás, a uma época pior, porque durante a ditadura nenhum governante teve coragem de alterar o Regimento Interno da Casa, de desrespeitar comissões! E a Casa se cala! Por quê? Sabe por quê, deputado Gilberto Brito? Porque ficaram um ano e meio para votar o parecer do deputado Álvaro Gomes, pois o governo - não confiando em ninguém, uma vez que só confia em si mesmo - não queria que o deputado Álvaro Gomes fizesse um relato das contas do governador, às quais o conselheiro Zilton Rocha fez uma série de questionamentos dizendo que daria apenas uma oportunidade aprovando-as com aquelas ressalvas porque era o primeiro ano, mas nesse primeiro ano ele entendia que uma série de falhas tinha sido cometida, como por exemplo, para não ser muito prolixo, o número de Redas, que aumentou assustadoramente neste governo.

Demorou um ano e meio. O deputado Álvaro Gomes se acovardava, nem ia às comissões, coitado! Ia quando não havia quórum, porque não tinha como justificar o seu não pronunciamento nas contas. Esquecia ele, pensando que iríamos agir politicamente. Já falei uma vez e volto a falar que eu aprovaria as contas do governador nos mesmos moldes que Zilton Rocha fez em 2007, com aquelas séries de ressalvas.

Mas, deputado Heraldo Rocha, o que aconteceu foi que este governo impõe a sua vontade, não quer se submeter ao crivo dos erros que cometeu. Chega em 2008, nós tivemos a oportunidade, pelo medo do governo, de aprovar as contas relatadas por Zilton Rocha.

Tivemos a oportunidade de ver as contas relatadas pelo conselheiro Pedro Lino, que diz que nenhuma das recomendações - nenhuma, deputado Gilberto Brito! - feitas pelo conselheiro Zilton Rocha tinham sido resolvidas ou sequer melhoradas pelo governo Jaques Wagner. Muito pelo contrário. Todas permaneceram e foram agravadas, como no exemplo do REDA, que aumentou de 2007 para 2008 em 28%.

O deputado Álvaro Gomes é mais realista do que o rei. Quando estava analisando as contas do Tribunal de Contas do Estado de 2007, das quais foi relator, sabem o que ele disse no seu relato? Que não tinha condições de fazer uma análise

mais profunda das contas do TCE, está lá escrito; porque a Casa não prestava assessoria aos deputados, não tinha auditoria para nos auxiliar. Por isso, ele não tinha como analisá-las.

Na hora em que chegam as contas do governador, ele muda todo o parecer do conselheiro Zilton Rocha dizendo que não tinha nenhuma ressalva. É esta a Assembleia que temos. Esse é o fundo do poço, deputado Gilberto Brito! Não sei para que vai continuar essa Comissão de Reforma do Regimento. Não tem necessidade, deputado Gilberto Brito! Não rasgue o seu passado, que respeito e a população da Bahia também respeita. Não se submeta a isso.

Este governo é transitório. Não acatou as recomendações do conselheiro Zilton Rocha, que continuou apadrinhando-o politicamente. E não só em 2008 aumentou o número de Redas. Chegou ao cúmulo, deputado Paulo Azi, de o secretário da Saúde mudar as regras dum concurso público para que pessoas que passaram em 1º lugar, por novos critérios inseridos, passassem a ficar em 1000º. Sabe por quê? Porque houve critérios subjetivos que ele adotou para apadrinhar só colocando como médicos do Estado em cargos importantes membros do PT. Para quê? Para tentar inviabilizar a nossa administração daqui a um ano e três meses. Olha o absurdo! Precisou o Ministério Público dizer que as modificações introduzidas pela Secretaria da Saúde não eram pertinentes, uma vez que foram feitas no transcorrer do concurso e já com a 1ª prova realizada. Porém até agora nós não sabemos no que deu!

Mas vejam o absurdo a que chegamos! Agora, a Casa continua quieta.

Repito: se não tivesse apadrinhado politicamente... O critério, hoje, não é competência. Se é do PT, tem que ter cargo, ter emprego, tanto que aumentaram o REDA em 2008. Sobre o de 2009 não temos informação ainda, só teremos no final do ano.

Mas já temos um dado que é importante. A Bahia continua, e hoje é o último dia... A lei, a nossa Constituição, determina que o 8º dia útil do mês subsequente é o prazo para o governo apresentar os gastos com pessoal. Vai continuar a mesma coisa. Nos oito primeiros meses deste ano, graças ao não acatamento do que foi relatado pelo conselheiro Zilton Rocha, a Bahia gastou com folha de pessoal R\$ 601 milhões a mais do que arrecadou.

Para os amigos da *TV Assembleia Legislativa* entenderem o que estou dizendo, é a mesma coisa que um trabalhador que recebe um salário de R\$ 800,00 gastar em um mês R\$ 900,00; no mês seguinte, recebe os mesmos R\$ 800,00, mas gasta R\$ 920,00; no outro mês, recebe os mesmos R\$ 800,00 e gasta R\$ 1 mil. É isso o que está acontecendo com o Estado, gasta mais com a folha do que arrecada. E o governo, que é tão incompetente, que apadrinhou politicamente a Secretaria da Fazenda, culpa apenas a crise.

Crise, não, crise só para a Bahia, porque em todos os estados nordestinos, repito, em todos os estados nordestinos, a arrecadação de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008, cresceu em todos os estados do Nordeste, mesmo com a crise. O único em que caiu foi a Bahia. Se for comparado com o Brasil, só existem três estados brasileiros em que a arrecadação dos oito primeiros meses de 2009 caiu

em relação aos oito primeiros meses de 2008. E a Bahia está no meio. É o penúltimo estado do País em crescimento de arrecadação.

É este o governo que agora está impondo aos deputados que desrespeitem a Constituição do Estado, que rasguem o Regimento Interno, que desrespeitem a Constituição Federal. Aqui, mudam isso como mudam de camisa.

E é por isso, meu caro Gilberto Brito, que fui contra esse acordo, porque gosto da Assembleia Legislativa. Fui contra porque jurei respeitar a Constituição do Estado, jurei respeitar o Regimento Interno da Casa. Por isso fico triste por não termos um Código de Ética e Decoro Parlamentar. Desde o primeiro mandato apresentei esse projeto, e o reapresento todos os anos, mas não o votam. Fico triste porque, mais uma vez, ao rasgar o Regimento, estão desrespeitando a comissão da qual V.Ex^a faz parte.

Saia da comissão, deputado, ponha outro. Não rasgue o seu passado. V.Ex^a não precisa disso. O Regimento Interno não é projeto de autoria do governo. O governo não vai penalizá-lo por isso. Respeite o seu passado. V.Ex^a tem passado e presente e não pode ficar à frente da Presidência de uma comissão quando o Líder do governo a atropela e vota algo para atender ao governo.

Graças a Deus, estará indo embora daqui a 1 ano e 3 meses. Irá embora e teremos muito trabalho para recuperar a Bahia, tirá-la do lugar de último estado do Nordeste e penúltimo do Brasil. E os investimentos que estão indo para o Maranhão, Ceará, Pernambuco, para todos os estados do Nordeste, que voltem para a Bahia e a Bahia volte a crescer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, visitantes nas galerias Paulo Jackson, imprensa. Sr. Presidente, esta Casa, ao longo dos anos nunca presenciou um ato de submissão e de quebra de regras para servir ao governo do Estado. A Assembleia Legislativa que deveria ser um Poder independente, que deveria ter teoricamente, deputado Heraldo Rocha, a capacidade de legislar e tomar seus próprios caminhos, hoje se torna um órgão auxiliar do governo do Estado. Para se aprovar essa resolução foi quebrado o Regimento, foi feito nesta Casa o que ninguém esperava que se fizesse.

Infelizmente, esse governo que se diz transparente é um governo modelo “Hugo Chávez.” É um governo ditatorial, é um governo mentiroso, um governo farsante e um governo autoritário. Um governo que não tem medidas; um governo que não mede esforço para acabar com a Minoria e impor a sua vontade, mesmo que seja uma vontade que não represente o próprio interesse da Bahia.

Mas, não adianta aqui, deputado João Carlos Bacelar, a Maioria tentar, através de manobras, calar a boca dos deputados de Oposição. Não serão alguns deputados que tentam manipular o Regimento, que irão amedrontar a nossa Bancada, até porque, deputado João Carlos Bacelar, a sociedade e o povo estão do nosso lado. A

sociedade e o povo estão fazendo o comparativo dos nossos governos com o governo atual. A sociedade hoje clama por Paulo Souto. A sociedade está sentindo o erro cometido nas eleições de outubro, deputado Gaban, três anos atrás, e o erro de um dia se paga em quatro.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Infelizmente, a Bahia pagou caro por acreditar nesse governo que foi o maior estelionato político-eleitoral já visto no processo político de nosso Estado.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Sandro Régis, o que mais me chama a atenção, e vejo aí o deputado Javier Alfaya, parlamentar que independente das posições político-partidárias bastante antagônicas que temos, respeito V.Ex^a pelo passado de luta, de defesa, já deve ter comido o pão que o diabo amassou, como se diz na linguagem popular, na época da ditadura. Posso até dizer que V.Ex^a trabalhou para que tivéssemos um dia uma democracia no País. Vejo aí alguns outros que também enfrentaram o que chamavam de ditadura militar, mas, agora, pior que isso, aqueles que eram contra aquele regime autoritário fazem, deputado Sandro Régis, o que nem o regime militar teve a ousadia de fazer: desvalorizar, desprestigiar, acabar com o Poder Legislativo quando acabam com suas comissões técnicas. Um governo que se esquece que vai passar daqui a um ano e três meses! Se fosse um governo competente que tivesse trazendo investimentos para a Bahia, utilizando até o próprio prestígio que o governador Jaques Wagnertem, a amizade que tem com o presidente Lula para trazer obras, mas só que a amizade é importante... Mas para trazer obras tem que ter projeto. Para ter projeto tem que ter equipe. Como não tem equipe, não tem projeto e a Bahia fica “chupando o dedo” vendo o dinheiro ir para o Maranhão, vendo o dinheiro ir para Pernambuco, para o Ceará, indo para o Rio de Janeiro. Isso em termos de Petrobras. Se for ver da Vale é a mesma coisa. Vai dinheiro para o Ceará, para o Espírito Santo, para o Rio, e a Bahia não tem nada! Transferência *per capita*: a Bahia é o último Estado do Nordeste em transferência *per capita* do governo federal para os Estados. Se for comparar com o Brasil inteiro, a Bahia é o 22º lugar em transferência *per capita* de recursos do governo federal para os Estados.

Hoje estamos nos submetemos, deputado Sandro Régis, à desmoralização da Casa. Desmoralização de um presidente como Gilberto, que nem respeita o trabalho dele na comissão de reforma do Regimento! Que comissão?! Eu não sei quem vai ter coragem de dar quórum!

(O deputado Heraldo Rocha fala com o deputado Gaban fora do microfone.)

Já assinei, deputado Heraldo Rocha. Já tinha feito verbalmente, oralmente... Apesar de que aqui mudam as regras toda hora. Não é deputado Sandro? Porque às vezes deputado tem fé de ofício, quando atende o governo. Quando não, tem que ser por escrito. Porque aqui a regra muda como mudamos de camisa, por isso que não tem Regimento, não tem respeito a ninguém nem a nada.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a faz um pronunciamento importante. É bom que fique registrado: acabou a ditadura militar e começou uma ditadura pior, que é a

ditadura civil, que é um desrespeito a parlamentar. Está aí: vá na sala do cafezinho. Eu nem cito a vontade de ficar lá com a imprensa, porque lá ficavam os deputados e a imprensa. Isso era histórico. Era a sala mais gostosa para ficar, onde a imprensa tinha o seu material para publicar. Ah, os assessores, é lógico que estão. Estão lá impondo, não dá nem para sentar. Aliás, nem lugar tem, porque sempre são três, quatro assessores para ficar lá policiando. Falam para um deputado da base do governo: “Opa, não sei não que eu ligo para Rui”. Aí vêm aqui no plenário “quem é que está faltando?” “Esta faltando tal...” Ou então liga: “Vá lá votar, vai lá votar senão tiro seus cargos...” É, é até um constrangimento. Nem a imprensa fica mais ali. A imprensa vai, pega informação e cai fora. Sabe o o que lá assistimos? Jogo do Brasil, novela... Nem o plenário mais funciona. Tem televisão mas todo mundo corre. Para quê? Para quê, deputado Heraldo Rocha? Essas baboseiras que estão fazendo aqui... Daqui a pouco, vão tirar a TV, mesmo restrita, que era para ser aberta... Vão tirar até a restrita para não ficar envergonhados da pouca gente que assiste à *TV Assembleia* ver a vergonha, a submissão desses parlamentares que estão acabando com o Poder Legislativo para atender o desejo de um governo que já chegou a ter 50 a 51, falavam, e agora tem quantos? Trinta e oito? Não sei nem se tem. Por isso é que hoje vão ser dissolvidas todas as comissões para vermos quem tem “farinha no saco”, porque esse governo já está acabado e está acabando com a imagem do Poder Legislativo.

Parabenizo V.Ex^a por esse importante pronunciamento que mais uma vez faz com a coragem de sempre.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Gaban, incorporo suas palavras.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Parabéns pelo seu pronunciamento. V.Ex^a chama a atenção para o retrocesso em que vive o Legislativo baiano, hoje apenas um apêndice do Palácio de Ondina. E essa história se iniciou com a cooptação de deputados liderada pelo próprio governador, governador que só pensa na politicagem, o governador que só pensa no dia a dia das práticas mais retrógradas da política. E isso se reflete na Mesa da Assembleia. A Assembleia, hoje, é a responsável por esse clima tenso que esta Casa vive. As decisões do presidente mudam ao sabor do vento, conforme a vontade do governador.

Hoje, mais uma vez, a Oposição foi atropelada pela decisão do presidente da Assembleia, ao convocar como suplente da Mesa uma deputada que não integra a mesma agremiação política do membro efetivo, que se encontra afastado em licença para tratamento de interesses particulares. E isso, que coisa triste, faz com que a Oposição novamente vá ao Judiciário contra um ato da Mesa Diretora da Casa!

É a judicialização da política! Se não temos, na condução dos trabalhos da Casa, o equilíbrio, a equidistância, se exige um único caminho: o Judiciário baiano! Só nos resta o Judiciário, mesmo sabendo da influência de deputados no Judiciário Baiano, mesmo sabendo de deputados que vivem nos corredores do Tribunal, em vez de estar no Plenário.

Infelizmente, Sr. Deputado que preside esta sessão, é esse o retrato do

Judiciário também. Mesmo sabendo disso, só nos resta, só resta à Oposição, recorrer e bater às portas do Judiciário, porque há um verdadeiro projeto de se calar a Minoria, de se calar a Oposição.

Não sei, na história desta Casa, se foi necessário a Oposição recorrer tantas vezes ao Judiciário. Não sei se na sua administração, deputado Gaban, quantas vezes os atos de V.Ex^a, decidindo questões no Plenário, tiveram que ser dirimidos pelo Judiciário. Infelizmente, deputado Sandro Régis, esta é a história da Bahia: o retrocesso político, econômico e social que a Bahia vive sob esse malfadado governo.

O Sr. SANDRO RÉGIS: - Incorporo as suas palavras, deputado João Carlos Bacelar, e digo mais: esse é o modelo, deputado Gaban, dos novos tempos. O governo que aí está anda cantando em versos e prosas que a Bahia vive um novo momento! Realmente, vive um novo momento, vive o momento de ser o Estado, hoje, que menos cresce no Nordeste, vive o momento, deputado João Carlos Bacelar, em que eles querem transformar mentira em verdade! Vive o momento de se querer fechar a Assembleia para ser um mero carimbador das vontades do governador! Este é o novo momento que a Bahia vive!

Infelizmente, nós, deputados, estamos fazendo parte da história deste momento triste que o governador Jaques Wagner imprime em nosso Estado. Estamos fazendo parte, deputado Heraldo Rocha, mas não estamos sendo coniventes com quem está, temos a tranquilidade de ver que desde o primeiro dia deste mandato, deste governo, usamos a tribuna e o nosso mandato para alertar a população baiana sobre o caminho que o Estado estava tomando em relação ao nosso futuro.

E aí está, deputado Gaban. Conversava ontem com um empresário da área de pré-moldados, que tanto atende à indústria como à construção civil, e ele disse que aqui na Bahia não há obras, que as grandes empresas estão fechando as filiais na Bahia e abrindo em Pernambuco.

A Bahia, que hoje não tem obras, era o encanto do Brasil; era o Estado do Nordeste que muitas vezes conseguia mais investimentos do que os do Sul. Diga-se de passagem, mesmo tendo um presidente que era contra o nosso grupo político, tínhamos condições de trazer investimentos. E hoje o governador, que se diz compadre e amigo de Lula, que coloca a base aliada para fazer propaganda Lula e Wagner...

Ora, o que Lula e Wagner trouxeram? O que Wagner trouxe para o nosso Estado por causa da sua amizade com Lula? O que ele trouxe para o seu governo porque é amigo de Lula? Se é o PAC, somos o Estado que tem esse programa menos desenvolvido; se são as grandes obras estruturantes, quem ganha é o Rio Grande do Norte, é Pernambuco, é Sergipe. Nem o metrô o governador conseguiu terminar. A ministra vem aqui agora e, como quer ser a grande salvadora, diz que vai resolver o metrô. Por que não resolveu esse problema, deputado Gaban, desde quando começou este governo? Agora, para justificar a incompetência e a falta de planejamento, faz o discurso do passado, ou seja, “porque no passado era assim, porque no passado era assado”.

Este governo tem de trabalhar, deputado Gaban. Não satisfeito com tantas

propagandas mentirosas, agora até em orelha de bode está colocando brinco com propaganda do Estado. Como o deputado João Carlos Bacelar mostrou aqui, também está obrigando médico a usar jaleco com o logotipo do Estado. Olhe o desespero deste governo! Olhe a que ponto chegou.

Além de tudo isso, ainda censura propaganda da Oposição querendo calar a nossa boca. Deputado Gildásio Penedo, quem não diz amém, eles querem atropelar, querem intimidar, querem coagir. E ainda usam o discurso do republicanismo, da democracia. Na verdade, é a mesma democracia usada por Hugo Chávez e por ditadores de países da árabes. Essa é a democracia do governo PT.

Mas não adianta, porque a boca do povo eles não vão calar. Não adianta tentar, através das propagandas, transformar mentiras em verdades. Ao mesmo tempo em que fazem propagandas de hospitais, o povo morre nas filas; fazem propagandas da segurança, e o povo morre de bala perdida.

É realmente difícil para os deputados do PT virem a esta tribuna defender este governo, tendo em vista que não é possível defender o indefensável, deputado Joélcio. Este governo não disse a que veio, mas quer usar a força, a patrol, enfim, a sua Maioria para calar a nossa boca. Entretanto não vai conseguir, porque a sociedade está atenta. Os baianos agora vão poder, deputado Heraldo, comparar ontem com hoje e, com certeza, não cometerão o mesmo engano que cometeram nas eleições anteriores, quando acreditaram em falsas promessas e em propagandas mentirosas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para discutir o Projeto de Resolução nº 1.984/2009, com a palavra o deputado João Carlos Bacelar por 20 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Gostaria de pedir a V. Ex^a que fizesse uma verificação de quórum de votação para que possamos votar esse projeto.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V. Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Range:-Sr^a Presidenta,até compreendo que uma matéria – e trata de uma resolução -para ser votada neste Plenário tem que contar com um número maior de participantes. Por isso peço a nossos pares que compõem hoje o governo, aos nossos colegas que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca desta Casa que compareçam imediatamente ao Plenário, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuação da sessão.

Mas quero, também, até porque temos sido capazes aqui de realizar acordos importantes, fazer um apelo ao deputado Heraldo Rocha, que é um deputado

combativo, competente, grande orador, tem tido uma capacidade grande de discutir, de se relacionar, no sentido de que ele retire esta questão de ordem.

Como até o momento isso não ocorreu, eu mais uma vez solicito aos nossos companheiros que se encontram no cafezinho, nos corredores, que se façam presentes ao Plenário porque existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuação da sessão. Mais uma vez peço aos nossos companheiros que se façam presentes ao Plenário para que possamos continuar a sessão e, logo, logo, votarmos o projeto de resolução do deputado Waldenor Pereira.

Quero também, Sr^a Presidenta, aproveitar este tempo da questão de ordem para dizer que não entendo o porquê de alguns discursos tão emocionados no dia de hoje, fazem críticas, sem nenhuma consistência, à atuação do nosso governo. E o entendimento é que quando viajamos podemos constatar que há realizações que vão fazer com que o governador Jaques Wagner passe para a história como o melhor governador que a Bahia já teve em todos os tempos. Sabemos que o nosso tempo de atuação ainda é bastante curto, mas as grandes mudanças prometida sem campanha começam a ser operacionalizadas no Estado da Bahia.

Volto mais uma vez a fazer esse apelo aos companheiros que se encontram nos corredores da Casa, na sala do cafezinho, para que compareçam ao plenário já que existe uma solicitação de verificação de *quorum* para continuidade da presente sessão.

Peço a V.Ex^a que acione as campanhas e que faça, se preciso, a chamada nominal de todos os presentes e ausentes.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que estão no cafezinho, no salão nobre Deputado Nestor Duarte, há uma verificação de *quorum* para continuidade da sessão solicitada pelos deputados Heraldo Rocha e Paulo Rangel.

Zerem o painel e marquem 15 minutos. Srs. Deputados, que querem a continuidade da sessão, por favor, marquem as presenças

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, último orador, vez que foi feito um acordo e os deputados Paulo Azi e Heraldo Rocha confirmam. Então, na Casa, nós combinamos e sempre cumprimos o acertado.

(Os deputados continuam marcando as presenças)

Há *quorum* para continuidade da sessão. Estão presentes 22 Srs. Deputados.

Para discutir o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Desisto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na desistência do deputado João Carlos Bacelar, que é sempre gentil, ele concede a seu Líder deputado Heraldo Rocha que poderá falar por até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes da imprensa, visitantes que nos honram com suas presença até o momento, agradecemos muito, tive dificuldade, Sr. Presidente, e é bom que V.Ex^a

esteja presidindo a sessão para explicar à imprensa as novas medidas que V.Ex^a tem tomado a respeito do Regimento Interno da Casa. Tive dificuldade para ler o que diz o Art. 40, § 2º, do Regimento Interno.

Contaram-me um piada do Congresso Nacional. Havia um deputado que estava presidindo a sessão e se dirigiu a outro. Alegou o presidente que ele não estava votando de acordo com o Regimento. O deputado virou para o presidente e disse assim: Presidente, eu não vou votar com o Regimento que V.Ex^a está determinando, eu quero votar de acordo com o Regimento da Casa.

Diz o § 2º, do Art. 40: (lê) “ *Serão eleitos 05 (cinco) suplentes, pelo processo previsto neste Regimento, que funcionarão junto à Mesa, cabendo aos eleitos a substituição, em regime de revezamento dos titulares, nas suas ausências ou impedimentos, dentro da mesma agremiação partidária.* ”

O nosso presidente diz que não, que é o mais votado. Se é o mais votado, é o deputado Eliedson, se é o mais votado de acordo com o que não diz o Regimento, é o deputado Eliedson. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Ex^a entendesse o nosso posicionamento. Não podemos de forma alguma rasgar o Regimento. O Regimento não é omissivo, é claro e cristalino.

O outro assunto que eu gostaria de tratar, Sr. Presidente, é bom que V.Ex^a esteja aí, está se tornando um lugar comum que todo projeto, seja do Executivo, do próprio Legislativo ou do Judiciário que vem à votação, se não bastasse não passar pelas comissões, vai diretamente ao Plenário, e alega-se que não estão sendo votados porque a Bancada de Oposição não quer.

Ora, o governo tem quantos deputados? Quantos deputados a base aliada tem hoje na Casa? É difícil saber. Quem vota é a Maioria. Nós temos dado quorum aqui na Casa para votar projetos, temos dado quorum nas comissões para votar projetos, mas é Minoria. Eu dizia há pouco aos servidores públicos da Polícia Civil, como disse aqui o deputado Álvaro Gomes, Minoria é Minoria, Maioria é Maioria. Essa é uma pérola do deputado Álvaro Gomes: Minoria é Minoria, Maioria é Maioria! Maioria vota, Minoria recorre ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça.

Há pouco, eu falava ao telefone com o advogado da liderança e o mandava preparar o mandado de segurança a respeito dessa votação. Vamos entrar. A única alternativa, a única janela para a Minoria é essa. Agora, há pouco, ouvia do deputado João Carlos Bacelar e ele dizia que nunca houve... e nós vamos ter que recorrer. Na hora em que o deputado, meu querido amigo, Líder do PT, que enriquece esta Casa com a sua experiência - há pouco ouvi o deputado Luiz de Deus elogiar o deputado Paulo Rangel, fiquei feliz, o deputado Luiz de Deus fez um elogio e eu corroboro que V.Ex^a enriquece este Parlamento. Na hora em que V.Ex vem a esta tribuna e denuncia a Bahia Pesca por corrupção e manipulação eleitoral, o que cabia à Oposição? Recorrer.

Hoje, um ex-colega nosso que respeitamos muito, secretário da Agricultura, que não tem culpa porque ele não sabe o que está ocorrendo na Bahia Pesca, disse que vai abrir inquérito. Cabia à Oposição fazer o quê? Pegar o jurídico e dizer: olha, entre no Tribunal de Contas do Estado para fazer uma auditoria na Bahia Pesca, entre

no Ministério Público estadual, no Ministério Público federal e na Procuradoria-Geral da República. Tem algum outro caminho? Não tem outro caminho.

Então, hoje, quando nós vemos aquela denúncia do *Política Livre*, um blog respeitado, um jornalista que tem história, colocar que o Secretário da Fazenda fez sem licitação 3 milhões e 600 mil reais para exercer um treinamento para servidores da Fazenda, já determinei ao departamento jurídico que entre na Justiça. Apesar de que nós não pedimos CPI e hoje nós temos número para pedir CPI. Quem tinha 11 deputados quando começou esse governo e hoje tem 27, realmente a essa altura do campeonato, eu não esperava que tivéssemos um grupo tão grande de deputados. Eu vi isso aqui poucas vezes.

Na verdade, quando hoje comentamos aqui o desempenho físico e financeiro do Estado, não era conversa. Ao final, o deputado Zé Neto ficou de trazer uma resposta – até agora, nada! – sobre o processo sem licitação denunciado pelo *Política Livre*.

Na verdade, o que precisam entender é que estamos fazendo oposição, mas não uma oposição radical, pois não votamos contra a Ford; não votamos contra os projetos de suplementação do BIRD. Nós não somos contra o subteto, pelo contrário, o achamos lógico.

Agora, o governador obrigar – porque isso é obrigar – a Mesa Diretora, no caso, o presidente da Mesa, que é o presidente da Casa, a apresentar um projeto de resolução que congela o seu salário! Isso não é obrigação do governador. Isso é constitucional. A Constituição reza que nenhum servidor pode ganhar mais do que o governador. Mas o governador é um homem simples, é um homem que não gosta de dinheiro, de salário. Aí, ele diz: “Não, congelem o meu salário até 2010.” Mas ele não pode. Isso não é atribuição do Exmº Sr. Governador, nem do Executivo.

E, por infelicidade de nosso presidente, redigiu-se o *caput* da emenda, do projeto erradamente e nós tivemos de corrigir. Nós não podemos, pela Constituição, dar aumento de salário a servidor. E a assessoria do presidente falhou. Nós precisamos corrigir. Fomos à Procuradoria da Casa. A Procuradoria não quis dar o parecer. Sabem por quê? Porque é inconstitucional. Então, não adianta ficar nesse jogo de empurrar com a barriga.

Nós não vamos votar o projeto. Vamos nos abster, mas não vamos votar um projeto inconstitucional. Nós não vamos rasgar a Constituição de nosso Estado. Feliz daquele que pode ainda respeitar a Constituição do Estado.

E, agora, vem uma nova pérola. Vejam, o governador, que quer que congelem o seu salário, agora quer a sua aposentadoria. Dois anos e meio de governo. Já jogou a toalha. O governo acabou. Ele já está preocupado em ter o seu salário depois de sair.

Eu acho, deputado Rogério, que o nosso governador precisa ter um cargo honorífico no PT ou em algum sindicato, que deem a ele um pró-labore, repito, um pró-labore, para ficar, depois do governo, dando consultoria, deputado Júnior Magalhães, de como desenvolver a área de educação, como combater a criminalidade e a violência, como melhorar a saúde para que o paciente não morra nas portas dos hospitais.

Segundo a deputada Eliana Boaventura, nós estamos vivendo um céu de brigadeiro e a saúde vai bem. A saúde vai bem para aqueles que têm Planserv e plano de saúde; mas vai muito mal para os pobres que precisam do SUS. A saúde vai bem para quem tem o Planserv, para quem tem plano de saúde, vai bem para nós. Mas vão perguntar ao povo!

Na semana passada, tive que internar uma paciente que precisava amputar um pé, porque era diabética, mãe de um funcionário de meu gabinete. Não consegui internar em Salvador. Parabenizo o deputado Bira Corôa. Consegui internar em Camaçari, sabem por quê? Porque lá havia um meu colega de turma.

Vão agora ao HGE ao Roberto Santos ou ao Clériston Andrade. Eu até convido o deputado Nelson Leal, que é o presidente da Comissão de Saúde, a que nos convoque e vamos visitar o Clériston. Vamos visitar...

(A deputada Eliana Boaventura fala fora do microfone.)

O Sr. HERALDO ROCHA:- A deputada Eliana está convidando. Mas eu vou lá sem avisar, deputada. Eu vou lá sem avisar.

Art. 2º do Regimento Interno, está aqui, este Regimento ainda está em vigor, deputado Jurandy, V.Exª que é um decano da Casa, não o mais velho em idade, o mais velho em mandato, está aqui Parágrafo 2º.

Eu não vou fazer, os deputados Emério e Aderbal se lembram disso, o que faziam num passado recente, rasgaram isto aqui, jogaram no meu rosto o Regimento Interno. Não vou fazer isto, mas vou dizer que rasgaram o Regimento Interno e a Constituição. Não vou fazer o que fizeram comigo, quando eu era o 1º vice-presidente e estava presidindo a sessão, a deputada Eliana talvez se lembre, porque ela era da nossa Bancada. Rasgaram e jogaram o Regimento no meu rosto. Eu não tenho esse perfil, o meu perfil é outro. Venho à tribuna defender as minhas ideias, a Constituição do Estado, não venho rasgar o Regimento Interno e a Constituição do nosso Estado.

É triste, mas é a verdade, é cômico, mas é trágico o que estamos passando nesta Assembleia. Os jornalistas que cobrem esta Casa há muitos anos devem estar passando para os novos jornalistas a que ponto chegou a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Com o respeito que tenho ao deputado Bira Corôa, quero dizer a V.Exª, deputado, V.Exª, que faz um mandato correto, talvez não se lembre, não tínhamos naquela época funcionários da Secretaria de Relações Institucionais aqui para fiscalizar, não V.Exª, porque V.Exª é um deputado assíduo, frequentador, cumpridor do seu dever, mas fiscalizar deputados da sua Base, que não vêm, que já são costumeiros, vezeiros, de não virem aqui, ainda ligam para o secretário, diziam para ligar para a casa dele!

A que ponto chegou esta Casa, esta Casa se apequenou. O deputado ser fiscalizado! Ele tem que ser fiscalizado pelo seu eleitor, por aquele que votou em V.Exª e não, por funcionários do governo, que ficam aqui no cafezinho policiando, patrulhando o deputado.

Olha, deputado, já vi muita coisa em 20 anos de Assembleia, mas igual a isso

eu nunca vi. Não é espião não, porque na nossa época diziam que havia espião. O negócio é tão transparente neste governo, tão republicano, que vêm para cá e ficam no celular. Tomaram conta do cafezinho, eu não vou mais para lá bater papo, atender à imprensa, não vou, é um lugar onde não podemos conversar hoje, porque existe fiscal do governo, que vem para policiar o deputado, para dar quadra de esporte, poço artesiano, cargos do governo.

Triste Bahia, a revista *Veja* estava certa.

Com um aparte o deputado Rogério Andrade.

O Sr. Rogério Andrade:-Caro Líder, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a já subiu a esta tubuna hoje, algumas vezes, mas esse pronunciamento que V.Ex^a acaba de proferir é, sem sombra de dúvida, o melhor dentre todos os outros de hoje à tarde.

Realmente, nobre Líder Heraldo Rocha, o governador Jaques Wagner é um homem de muita sorte. Saiu do Rio de Janeiro, sem nenhuma expressão política, veio para a Bahia e nunca pensou em chegar ao governo do Estado, porque, como todos sabem, embora não conheça o Interior da Bahia, não conheça o nosso Estado, Wagner conseguiu eleger-se governador e, hoje, mais do que nunca, consegue uma aposentadoria de ex-governador.

Todos sabemos que seria demais o governador ser reeleito, porque quem não conhece o Estado não tem condição de se reeleger, o que seria demais! Mas já é muita sorte para o governador Jaques Wagner o fato de ter vindo para a Bahia, ter virado governador do Estado e recebido, de mão beijada, uma aposentadoria! Quando estamos a presenciar as dificuldades dos trabalhadores para receber um mísero salário mínimo, o governador Jaques Wagner articula para conquistar uma aposentadoria com apenas um mandato.

V. Ex^a está realmente de parabéns!

O Sr. HERALDO ROCHA:- Obrigado, incorporo o aparte de V. Ex^a.

Mas o governador terá um pró-labore que lhe será dado pelo PT. Pró-labore é uma remuneração por serviços prestados, e ele vai ficar prestando serviços de consultoria, vai ser chamado para opinar sobre a segurança, turismo, será consultor...

O Sr. Bira Corôa:- Disso V. Ex^a conhece muito bem!

O Sr. HERALDO ROCHA:- Nunca fui consultor, não, nunca fui consultor! Tenho ... garanto a V. Ex^a, deputado Bira, que, se sair daqui, não passo fome, não! Ainda sei usar um estetoscópio, um bloco, um tensiômetro, ainda sei um pouco da Medicina! Posso garantir a V. Ex^a que não sou profissional da política, não sou! Sou uma pessoa que tem uma formação dada por meu pai! Quem me deu o mandato foram os eleitores, mas quem me deu a formação médica foram meu pai e minha mãe!

Mas vou encerrar, Sr. Presidente, fazendo um apelo patético a V. Ex^a: antes de ir à Avenue Champs Élysées, reflita sobre o Regimento Interno!

Tenho certeza de que V. Ex^a irá refletir!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Para encaminhar, o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o governador Jaques Wagner é um homem vitorioso, porque foi responsável pela derrocada de um projeto político autoritário, que, ao longo de muitos anos, muitas décadas, infelicitou o povo da Bahia com o seu autoritarismo, a sua truculência. Mas, mais do que isso, infelicitou o povo da Bahia pela adoção de um modelo de desenvolvimento que concentrou renda, propriedade e transformou a Bahia no Estado que ostenta os piores indicadores sociais do Brasil.

Por isso, nobre deputado Rogério Andrade, que aparteu, há pouco, o deputado Heraldo Rocha, o ex-deputado federal e hoje governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, é, de fato, um homem vitorioso, um grande líder político, que, sem dúvida nenhuma, foi capaz de, neste Estado, derrotar um projeto político que, infelizmente, estava infelicitando o nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de encaminhar esta votação, chamando a atenção do deputado Heraldo Rocha, Líder de fato, competente, convidando-o, deputado Heraldo Rocha, a fazer uso do Regimento Interno da Casa, no art. 41, que trata das atribuições da Presidência desta Assembleia, e, no seu inciso XVIII, nos chama a atenção de que cabe ao presidente declarar rejeitados os Projetos de Lei, Resoluções ou Decretos Legislativos que tiverem recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões que o apreciaram.

Pelo que me consta, a matéria em discussão, esse projeto de resolução, foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Mesa Diretora e pela Comissão Especial de Elaboração do Regimento desta Assembleia.

Portanto, ainda que o argumento de V.Ex^a tivesse pertinência e de fato acolhesse, do ponto de vista jurídico, a sua procedência, esse art. 41, no seu inciso XVIII, é muito claro: um projeto só será rejeitado pelo presidente da Casa se em todas as Comissões de mérito ele o for também. Então, ainda que fosse rejeitado pela Comissão Diretora, ele já foi aprovado pela Comissão Especial do Regimento deste Legislativo.

É um direito da Oposição encaminhar essa questão à Justiça, mas o próprio RI que V.Ex^a condena e acaba de destacar como possivelmente eivado de equívocos dá guarida, acolhe, dá realmente a esta matéria o amparo legal, porque uma Comissão de mérito, como a Especial do Regimento, permite que o projeto seja levado à apreciação do Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, V.Ex^a encaminhou corretamente, de acordo com o que estabelece o Regimento desta Casa, conforme o que está discriminado no art. 41, inciso XVIII.

Por isso, quero recomendar à nossa Bancada governista votar favoravelmente a este projeto, que vai permitir a esta Casa Legislativa que 32 deputados, a maioria absoluta, possa recorrer ao Plenário de matérias reprovadas nas Comissões Permanentes. Aliás, um procedimento já adotado por todos os Legislativos. Vinte por cento dos parlamentares do Congresso Nacional podem recorrer ao Plenário de

matérias vencidas em comissões.

Aqui nós estamos aprovando, para concluir, o requerimento de 32 Srs. Parlamentares, portanto, maioria absoluta, um número muito superior ao adotado por outros Parlamentos brasileiros. Por essa razão, recomendamos à nossa Bancada votar favoravelmente a este projeto de resolução que altera o Regimento Interno deste Poder.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento. Em votação.

Deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu recomendo à nossa Bancada votar contra este projeto porque é inconstitucional. Sr. Presidente, ele é inconstitucional.

De acordo com o que colocou o nobre e competente Líder, professor, escritor Wadenor, não precisava nem votar isso aqui, pois, se está no Regimento, por que se vai votar? Veja a inconstitucionalidade. Ele disse “Veja o parágrafo tal do art. 41, etc”. Então não tinha nem necessidade de votar.

Quero pedir verificação de quórum de votação. Tenho certeza de que a Bancada do governo terá número suficiente. Então peço à nossa Bancada que só dê quórum depois dos 32.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, fui procurado, inicialmente verbalmente, pelo deputado Paulo Azi querendo que eu zerasse as Comissões. Mas tenho de ser provocado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Mas V.Ex^a fez isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, deputado. Mas alguém tem de me provocar.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sim, eu estou provocando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Porque senão serão votados outros projetos.

O deputado Paulo Azi me informou verbalmente que iria requerer a extinção das Comissões. Estou no aguardo para saber se ele irá manter essa posição, porque senão vou colocar os outros projetos em votação.

O Sr. Heraldo Rocha:- O deputado Paulo Azi tem fé de ofício. Se ele colocou para V.Ex^a, eu como Líder vou cumprir. Solicito-lhe que zere as Comissões. O senhor já agiu assim na semana passada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a não será incoerente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só estou querendo saber se V.Ex^a está requerendo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Estou sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Heraldo Rocha requer que as comissões sejam zeradas, mas primeiro votarei o projeto.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro votarei o projeto conforme acordo de Lideranças, V.Ex^a será atendido posteriormente.

Em votação o Projeto de Resolução nº 1.984/2009 de autoria do deputado Waldenor Pereira, que altera o *caput* do artigo 53 da Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985. Na forma do relator, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam mantenham-se como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Calma, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aguardei constantemente, deputado!

O Sr. Heraldo Rocha:- Presidente, eu pedi verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido!

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, vou retificar a aprovação tendo em vista que o deputado Heraldo Rocha pediu verificação de quórum de votação e eu não percebi. Retificarei e colocarei o projeto em votação novamente.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes que V.Ex^a zere o painel gostaria de convocar os membros da nossa Bancada, os parlamentares da Bancada de Governo, para se deslocarem, imediatamente, ao plenário desta Casa, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação.

Precisamos de 32 Srs. Deputados, e por isso solicito que V.Ex^a faça soar as campainhas convidando todos os parlamentares para que, imediatamente, se desloquem ao plenário. Solicito também que V.Ex^a marque 25 minutos, conforme o acordo de Lideranças firmado recentemente para votações dessa natureza.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Waldenor Pereira.

Srs. Deputados, que estão no cafezinho, no salão nobre, no salão deputado Nestor Duarte, ou em outros recintos da Casa, há uma solicitação de verificação de quórum de votação. Solicito que o painel seja zerado, e que os 25 minutos sejam marcados.

Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a poderia marcar a sua presença? Deputado Waldenor, por favor, marque também a sua presença.

Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum de votação. Os deputados que queiram votar, por favor, marquem as presenças.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:-Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários a respeito desse projeto de resolução. A nossa primeira intenção era ampliar o número de membros nas comissões, tendo em vista que vários parlamentos brasileiros assim procedem, a exemplo dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e Minas Gerais, onde o número de componentes das comissões permanentes é sempre

ímpar.

Considerando o acordo mantido recentemente com a Oposição, retiramos a ampliação do número de membros e mantivemos a possibilidade do requerimento de maioria absoluta, que representa 32 Srs. Deputados, para a votação de projetos que por ventura tiverem sido rejeitados no âmbito de qualquer comissão permanente desta Casa. Esse procedimento jurídico também é amplamente adotado por vários parlamentos brasileiros, a exemplo desses já citados, e também no Congresso Nacional, onde 20% dos parlamentares podem recorrer ao Plenário em matéria vencida no âmbito de comissões.

Portanto esse projeto de resolução vai adequar o Regimento desta Casa a vários outros parlamentos brasileiros, permitindo que a maioria absoluta possa recorrer ao plenário matérias que sejam vencidas no âmbito das comissões permanentes. Cabe esse registro.

Quero mais uma vez convidar os deputados da Bancada do governo para se deslocarem até o Plenário, pois estamos em regime de votação e precisamos de 32 Srs. Deputados para o restabelecimento do quórum de votação. São 32 Srs. Deputados o número necessário para que se possa votar favoravelmente esse projeto de resolução que vai permitir à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia dar recurso ao Plenário e matérias vencidas no âmbito das comissões permanentes desta Casa.

Trata-se de uma inovação necessária, de um procedimento a ser adotado por esta Casa Legislativa, e eu queria convidar todos os colegas parlamentares da Situação que se encontram nos seus gabinetes, no restaurante, na biblioteca e nas demais dependências desta Casa Legislativa para imediatamente se deslocarem até o Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação para aprovar esse importante projeto de resolução que irá permitir a qualquer parlamentar desta Casa a apresentação de requerimento, naturalmente subscrito por 32 Srs. Deputados, na perspectiva de recorrer ao Plenário matérias vencidas no âmbito das comissões permanentes.

Esta é a nossa questão de ordem, Sr. Presidente. Agradecemos e aguardamos a presença do deputado Javier para poder completar o quadro de 32 Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(As Galerias aplaudem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Por favor, as Galerias não podem se manifestar.

O deputado Waldenor Pereira recomenda sim. Deputado Heraldo Rocha recomenda não. O deputado Leur recomenda não. O deputado Pedro Alcântara como recomenda?

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, voto sim e libero a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Câmara é o relator e recomenda sim.

Em votação. O Líder do governo recomenda sim. o Líder do PMDB recomenda

não. O deputado Líder da Minoria recomenda não. Quem quiser aprovar o projeto vota sim e quem quiser rejeitar vota não. (Pausa) Vou anunciar o resultado. Resultado: São 33 sim e 17 não. Portanto, aprovado o projeto de resolução do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:-Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, voto não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-O Sr. Gildásio Penedo pediu para votar não. Então fica: 33 sim e 18 não. Eu só vou aceitar porque não interfere no resultado. Questão de ordem do deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu queria apelar, mais uma vez, ao deputado Heraldo Rocha para que possamos apreciar os projetos de interesse dos auditores, agentes de tributos, policiais ainda esta noite. Nós já fizemos este apelo na tribuna... (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu faço um apelo a vocês das Galerias: por favor, não se pronunciem, o máximo que se pode fazer é bater palmas. Vamos ouvir o deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu queria pedir a ponderação dos presentes. Já por várias sessões os servidores, tanto os da Fazenda quanto os policiais civis, participam da sessão, têm mantido um contato permanente tanto conosco quanto também com os Líderes da Oposição na perspectiva de ver seus projetos apreciados e aprovados.

São dois projetos que sabemos tratar-se de resultado do entendimento, do diálogo entre as partes e que, portanto, não são passíveis, vamos dizer assim, de questionamentos de maior relevância. Ainda hoje, no início da tarde, recebi uma sinalização positiva do deputado Heraldo, até acreditei...

O Sr. Heraldo Rocha:- Sobre isso, não! V.Ex^a está descumprindo um acordo. Não bote em minha boca palavras. V.Ex^a está...

O Sr. Waldenor Pereira:- Tenha calma, deputado Heraldo, estou falando ponderadamente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Heraldo, V.Ex^a terá sua questão de ordem. Eu faço um apelo a V.Ex^a. Deputado Waldenor está muito gentil na sua fala. Depois V.Ex^a fala, deputado...

O Sr. Waldenor Pereira:- Deixe eu terminar a minha frase.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Vamos ouvir o deputado Waldenor, ele está sendo gentil, por favor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deixe-me terminar meu argumento, deputado Heraldo...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me dá um aparte?

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Heraldo, tenha calma! Eu falei numa sinalização. V.Ex^a não afirmou. V.Ex^a fala depois...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, V.Ex^a é um Líder tão educado. Prossiga, deputado Waldenor, por favor.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pode jogar para a galera?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu, sinceramente, não vou jogar para a

galera, não, pelo contrário. É uma pena, deputado, que V.Ex^a, um Líder da Minoria, se comporte dessa forma deselegante comigo. É uma pena!

O Sr. Heraldo Rocha:- O senhor não me dá ordens. O senhor dá ordens a sua Bancada.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não, o senhor pede uma questão de ordem. Estou apenas apelando a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Heraldo, vamos ouvir o Líder do governo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Realmente, V.Ex^a, em nenhum momento, afirmou aceitar a votação de hoje. Eu disse que V.Ex^a sinalizou. V.Ex^a, de fato, não afirmou que aceitaria votar, mas sinalizou quanto à possibilidade. Eu estou dizendo isso.

O Sr. Heraldo Rocha:- Subteto, não. O da Casa, subteto, não!

O Sr. Waldenor Pereira:- O deputado Heraldo Rocha não afirmou, só sinalizou e disse que ia consultar a Bancada sobre o GAP e o subteto.

Tudo bem. Peço desculpas a V.Ex^a se eu entendi errado.

Mas estou apelando agora, respeitosa e ponderadamente, para que possamos colocar em apreciação o projeto do subteto e também o da Polícia Civil. Os servidores já visitaram esta Casa Legislativa diversas vezes, e só depende do acordo de Lideranças. Se V. Ex^a e os demais Líderes concordarem, colocaremos em apreciação e votaremos.

E V.Ex^a pode votar contra, a favor ou se abster. É assim que funciona a Casa Legislativa, o Parlamento.

Estou falando respeitosamente que V.Ex^a não confirmou, mas sinalizou a possibilidade e me falou que iria consultar a sua Bancada. Portanto, estou publicamente convidando, conclamando V.Ex^a para colocarmos os projetos em apreciação.

Cabe a mim, naturalmente, fazer a apresentação da solicitação, da conclamação, do convite. Se V.Ex^a não concordar, paciência.

Mas nós estamos, em nome da Bancada do governo, convidando a Bancada da Oposição e também os Blocos Independentes para apreciarmos e, se possível, votarmos e aprovarmos esses projetos de interesse dos servidores aqui presentes, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, V.Ex^a foi testemunha, na semana passada, que a Bancada da Oposição – sou Líder, por isso não falo por mim, mas por uma Bancada que hoje, inclusive, foi acrescida com outros partidos – que nós acordamos em votar hoje...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para eu saber, quais são os novos partidos que foram acrescentados à Minoria?

O Sr. Heraldo Rocha:- O PMDB está na Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, era isso que eu queria saber.

O Sr. Heraldo Rocha:- O senhor sabe. V.Ex^a não sabia, outro dia, que o deputado Emério Resedá tinha ido para o partido de V. Ex^a. E foi, sim, no mesmo dia que o senhor tomava posse.

Eu respondo. V.Ex^a não sabia que o deputado Emério Resedá, meu amigo particular, tinha se filiado ao PDT no mesmo ato solene, no Centro de Convenções, no qual o senhor também se filiou. Se chegarmos a isso, aí não vamos saber mais nada nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente... Deputado Waldenor Pereira, com o respeito que tenho tido por V.Ex^a e por sua Bancada... Não tenho nenhum problema com a sua Bancada. Eu me dou com todos os parlamentares.

Já foi dito aqui, diversas vezes, que nós da Bancada da Oposição somos favoráveis ao aumento subteto. Ponto. Segundo, naquela sessão tumultuada, para que conseguíssemos equacionar, acordamos em votar hoje o projeto de resolução da Mesa a respeito dos 32 deputados, o qual acabamos de votar nesse instante.

V.Ex^a viu desde o início da sessão, e o presidente também, que procuramos fazer o possível para que pudéssemos chegar a uma conclusão. Não chegamos. E eu também concordo plenamente com a posição da nossa Bancada – não fui voto vencido, pelo contrário – que não é o momento.

Porque da forma como está procedendo a Liderança da Maioria – com todo o respeito que tenho a V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo – e com o apoio de V.Ex^a a projetos inconstitucionais nesta Casa... Esse projeto do subteto é inconstitucional, pois o governador não pode ter salário menor. Aí vem a história de Pernambuco. Isso é outro conversa.

Vamos votar esse projeto no momento em que acordarmos, deputado Waldenor Pereira. Se V.Ex^a quiser. Se não quiser, deputado, acabe logo a Minoria. Já que o senhor, hoje, está feliz porque botou 33 deputados na Casa, vote com esses 33. Vote com quem quiser.

Agora, a partir de hoje, se a minha Bancada assim aceder, nada será feito de acordo com a Bancada da Maioria. Não vamos mais fazer acordo. Vamos votar tudo na base da obstrução. Se o senhor quer desse jeito, se quer jogar para a galera uma situação que é acertada entre os Líderes!... Nunca vi nesta Casa um Líder jogar numa hora de votação.

Deputado, quero dizer a V.Ex^a que não tenho medo de vaias. Tenho compromisso com a Constituição do Estado e não tenho medo de vaias ou aplausos. Aqui, nesta Casa, temos que ter identidade e coerência, porque coerência não tem preço. Este é o slogan da Bancada da Oposição.

O jogo que V.Ex^a fez – desculpe-me, Sr. Presidente, pois não é um termo que gostaria de usar – foi...

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, faço um apelo a V.Ex^a para retirar o termo. Mandarei retirar essa palavra.

Pela ordem o deputado Pedro Alcântara.

Depois, questão de ordem para os deputados Gaban e Waldenor. O deputado Pedro Alcântara pediu primeiro.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, gostaria da audiência dos Srs. Deputados para o que vamos colocar.

Quero agradecer o acolhimento da nossa questão de ordem e dizer que, em passado bem recente, aqui, quando votamos o projeto que envolvia diretamente o Fisco, os agentes de tributos e os auditores fiscais, ele foi aprovado, mas ficaram sequelas. Hoje, eles perambulam pelos corredores da Assembleia Legislativa e da própria Secretaria da Fazenda.

E temos hoje também em pauta dois projetos de importâncias fundamentais.

O deputado Heraldo Rocha tem razão quando diz que pelo acordo – que, inclusive, foi até pauta de discussão do meu partido posteriormente – votaríamos aqui, hoje, a questão do recurso ao Plenário, 32 deputados. Não ficou acordado que votaríamos outros projetos.

Não quero acender uma vela para Deus e outra para o diabo, pois não é a minha conduta, mas o deputado Waldenor tem razão quando propõe também que se vote. Também não houve acordo para não se votar; não houve para votar, mas também não houve para não votar. O Líder da Bancada do governo tem interesse na aprovação do projeto e fez uma proposta, e cabe à Minoria aceitar ou não.

Deputado Heraldo Rocha, a minha opinião – também considerando a nossa amizade e o respeito mútuo – é que esses dois projetos mexem com a vida de muita gente, com a sobrevivência de muita gente. Elas estão aqui e temos que buscar a solução. Talvez no contraditório seja encontrado o caminho do meio, mas não podemos protelar, temos que, pelo menos, sinalizar qual encaminhamento daremos a esses dois projetos.

Está um impasse. A Oposição quer que se vote juntamente com o do governador; o governador diz que não tem interesse no aumento do próprio salário. Ele já disse isso em público. Eu não vou votar projeto de aumento para quem não quer. Já está difícil votar para quem quer, imagine para quem não quer.

Penso que essa não é a tese que tem que prevalecer aqui, buscar-se votar teto para ter subteto. Esta é uma Casa política, onde sempre houve entendimento, onde discutimos e, às vezes, vamos ao extremo. Já vi, e V.Ex^a também já viu várias vezes, muita coisa aqui. Para mim, não é novidade, já vi esse filme muitas vezes.

O apelo que faço, como a nossa Bancada é independente, e sabemos qual a posição da nossa Bancada, é para que sentemos o mais urgentemente possível para equacionar esse problema e chegar a uma solução viável. Já estou cansado de ver pai de família, mãe de família, homens de cabelos brancos que no passado recente foram massa de manobra em jogadas políticas nesta Casa... Entendo muito bem, que ninguém venha me dar aula disso e dizer que não foi, porque foi assim.

Mas temos bom senso, pois representamos a população baiana e também a eles.

E busquemos a solução o mais rapidamente possível, porque todo mundo tem seus compromissos. Quanta angústia está na cabeça de cada mulher, de cada cidadão, de cada homem que está aqui. Quantos problemas eles têm, além de estarem aqui, e nós ficamos empurrando um para o outro; um dizendo que o outro está jogando para a galera. Acho que temos capacidade e competência para superar esse impasse.

Faço, mais uma vez, um apelo ao bom senso, ao entendimento, à compreensão, - eu não sei se em questão de ordem se pode dar aparte, deputado, mas gosto de ouvir V.Ex^a porque já tivemos muitas discussões, talvez até questão mais complicada do que essa e veio uma solução. Acho que esta Casa tem o dever, a responsabilidade de buscar o caminho do meio para resolver esse problema.

O nosso partido, falo aqui em nome da minha pessoa, tenho dito que em relação a esse projeto voto favorável, estou aqui como Líder da Bancada para dispensar as formalidades, mas a Bancada está liberada para a hora do voto, as questões internas da minha Bancada. O apelo que faço é no sentido de buscar o entendimento para acabar com essa angústia desse povo que nos procura todos os dias, todas as horas, e só Deus sabe, e aqui sem nenhum proselitismo, nenhuma demagogia, porque não uso esse expediente, nunca usei e nem preciso, porque mandato de deputado para mim não é mais novidade, já estou no sexto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Pedro Alcântara:- ... para concluir, Sr. Presidente, para dar um basta na angústia de cada um desses que nos procuram e acreditam em nós. Vamos resolver esse problema. Eu acredito no bom senso, Sr. Presidente, desta Casa e nos dois maiores Líderes desta Casa, da Maioria e da Minoria, e não tenho dúvida que as Bancadas Independentes estão aqui não só para dispensar as formalidades como também para votar de acordo com a consciência. E faço esse apelo em respeito aos seis mandatos que tenho nesta Casa.

(Palmas)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não posso deixar de manifestar a minha tristeza quando vejo a tentativa de expor um colega. A Casa, cada grupo político toma a medida que quiser, pode-se rasgar o Regimento da Casa, pode-se desrespeitar as Constituições, agora o que não pode, deputado Waldenor, com todo respeito a V.Ex^a, ter certos comportamentos, V.Ex^a não pode confundir problemas políticos com expor um colega. Na realidade, quem definiu a ordem de votação dos projetos foi V.Ex^a na medida em que poderia ter votado esse projeto do subteto na semana passada. Nós manifestamos a nossa posição, e qual seria? No mérito não temos nada contra, na forma, sim, porque é inconstitucional. Mas poderia ter sido votado na semana passada. Quem definiu, deputado Paulo Azi, V.Ex^a é testemunha, participou também, foi V.Ex^a, deputado Waldenor, quando atravessou o projeto do Regimento. Se V.Ex^a efetivamente quisesse que tivesse prioridade o subteto, bem como o salário da Polícia Civil, teria colocado esses dois prioritários e o Regimento seria o terceiro projeto.

Então quem definiu no acordo feito na semana passada que votaria única e

exclusivamente o Regimento, a mudança do Regimento... Esse foi o acordo. Então a gente não pode, deputado Waldenor, e fico triste, faça tudo na Casa, agora não se pode expor um colega como V.Ex^a expôs o deputado Heraldo Rocha que está apenas e tão-somente lembrando do acordo que foi feito na semana passada. E relembro: quem definiu a prioridade foi V.Ex^a na hora que atravessou esse projeto, porque o subteto V.Ex^a tem a Maioria e vota. Nós já firmamos posição, somos contrários à forma, ao conteúdo não, não vamos prejudicar os funcionários públicos do Estado mesmo sabendo que é inconstitucional.

Agora querer depois de um acordo, a gente já viu, não preciso nem lembrar, deputados que tinham ido para o PDT dizer que estavam no PSDB, coisa desse tipo, não quero nem voltar a isso aí porque é ruim para a Casa, agora a gente não pode é expor um colega para jogar a galeria contra quem quer que seja. Aí, acho que tem que esquecer, acho bom V.Ex^a esquecer do que falou e só lembrar que quem definiu as prioridades foi V.Ex^a quando colocou como prioritário a mudança do Regimento e deixou para segundo plano esses dois outros projetos. Quem definiu prioridade foi V.Ex^a e não nós.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bira e o deputado Waldenor por último. E esse assunto está encerrado, vamos prosseguir aqui a nossa sessão.

Questão de ordem a V.Ex^a, deputado.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, em primeira mão quero concordar com quase todas as falações aqui. Primeiro tentar entender em que o deputado Waldenor desrespeitou no momento em que ele chamou a Bancada de Oposição para votar um projeto, reconhecendo que as categorias aqui representadas estão nesta Casa numa peregrinação ao longo de várias semanas. E que é um projeto que exaustivamente, vem sendo discutido pelas duas Bancadas, e, conseqüentemente, faz um apelo para que essas categorias não tenham que passar mais algumas semanas cumprindo essa *via-crúcis*. Então, aí eu entendo.

Quero entender também quando o nobre deputado Gaban, e eu quero concordar, chama a atenção de que não devemos expor colegas... Mas assisti aqui, há pouco mais de uma semana, um dos piores espetáculos representados no Legislativo, quando microfones foram arrancados, palavrões foram pronunciados, descaracterizando personalidades desta Casa como representações, diante das vistas de todos que estão aqui e que estavam nesse mesmo dia. E, aí, quero dizer que aquele ato eles esquecem, não era um ato de desrespeito ao Legislativo, não era um ato de desrespeito à sociedade civil organizada, às classes trabalhadoras aqui representadas. Então, é bom que façamos um apelo para que esta Casa comece a fazer reflexões de compromisso, de responsabilidade e de respeito à Casa e a todos que depositaram a confiança em todos os pares que aqui estão para representá-los. Isso é preciso que sejamos chamados.

Não vejo dificuldade alguma de se colocar para votar, em acordo de Bancadas ou em discussões para atender as necessidades, para respeitar os direitos

constitucionais, mas acima de tudo para valorizar o momento que estamos vivendo na Bahia, que é o momento da democracia na consolidação de uma sociedade mais íntegra, mais igualitária e acima de tudo mais respeitosa.

É por isso, Sr. Presidente, que quero fazer um apelo aqui, um apelo às Bancadas. Não dá para transferirmos para o embate do dia a dia as necessidades, as responsabilidades e o sofrimento de trabalhadores deste Estado que, ao longo de muitos anos, mais de quarenta anos, não vêm sendo respeitados pelo poder do Estado, não tem sido dado a eles o direito deter a autoestima necessária para desenvolver melhor suas funções. E é por isso, Sr. Presidente, que não vejo nenhuma dificuldade de aqui se acordar e se aprovar, respeitando, acima de tudo, a presença, que é um fato inédito e que não se pode perder de vista nesta Casa por aqueles que acreditam nesta Casa e neste Poder. (Palmas nas galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, com a devida ponderação, sem dedo em riste e sem desrespeitar nenhum colega, quero que V.Ex^a possa, inclusive peço ao deputado Heraldo Rocha para também acompanhar comigo uma recapitulação do meu procedimento nesta tarde de hoje. Quando aqui cheguei, dirigi-me ao deputado Heraldo Rocha solicitando dele a inclusão dos dois projetos – o do subteto e o da Polícia Civil – no processo de votação no dia de hoje.

Naquela primeira oportunidade, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a me respondeu, categoricamente, eu lhe digo isso respeitosamente, até porque a nossa relação tem sido muito respeitosa, proveitosa no exercício das nossas lideranças. V.Ex^a me respondeu que concordaria com a votação desde que nós votássemos, déssemos quórum. V.Ex^a até disse que votaria contra um dos projetos. Eu então...

(O Sr. Heraldo Rocha diz fora do microfone: “Eu não disse isso.”)

O Sr. Waldenor Pereira:- Por favor.

(...) dirigi-me à Mesa Diretora – Carlos, o secretário da Mesa está ali presente, e o presidente da Casa – e solicitei à Mesa Diretora um requerimento de urgência, deputado Marcelo Nilo, incluindo os dois projetos. Não é verdade? Só após apresentar à Mesa Diretora um requerimento de urgência – o secretário da Mesa, Dr. Carlos Machado, está também de prova – com a inclusão do projeto da Polícia Civil e do subteto, é que subi à tribuna – todos aqui acompanharam o meu discurso – e anunciei que estávamos prestes a concluir um entendimento porque naturalmente V.Ex^a iria consultar a sua Bancada. Mas V.Ex^a, na condição de Líder, respondeu-me, categoricamente, -V.Ex^a é um homem de bem e não vai me negar a sua afirmativa, -que poderia colocar os projetos e que... V.Ex^a respondeu-me dessa maneira.

(O Sr. Heraldo Rocha acena negativamente.)

Só depois disso é que subi à tribuna para afirmar que estava usando a negociação e esperançoso de que votaríamos, senão não subiria à tribuna para dizer isso.

Então, deputado, quero pedir desculpas a V. Ex^a, que conhece meu feitio, minha ponderação, minha calma, minha tranquilidade, meu controle emocional,

porque não joguei para a plateia, não usei de proselitismo, apenas conclamei V. Ex^a na expectativa de receber a concordância, o entendimento, porque estava esperançoso disso. Todavia, houve o acompanhamento de alguns parlamentares da sua base, e eu presenciei, que foram veementemente contrários, e V. Ex^a, como bom Líder, corretamente, tomou a decisão de não aquiescer, de não concordar, porque a Bancada assim não permitiu. Mas V. Ex^a havia me afirmado, senão não teria subido à tribuna. Subi à tribuna, e todos aqui me acompanharam, falando da expectativa, da esperança de que chegaríamos ao entendimento.

Assim, não houve jogo sujo, V. Ex^a foi infeliz em se dirigir dessa maneira a mim, não sou merecedor disso, V. Ex^a sabe disso, como jamais me dirigiria a V. Ex^a com dedo em riste, com comportamento tenso e nervoso dirigidos a mim.

(O Sr. Heraldo Rocha fala fora do microfone.)

O Sr. Waldenor Pereira: -Quero, no que couber a mim, pedir desculpas a V. Ex^a, porque não o desrespeitei, solicitei aqui publicamente, conclamei V. Ex^a, que é o Líder da Minoria, e eu sou Líder da Maioria, para o entendimento. Se o entendimento não é possível, paciência! Quantas vezes a Oposição já nos colocou em situação de dificuldade, chamando a atenção de que seriam favoráveis à votação de um projeto, e não tivemos a condição de colocar em votação? Foram muitas vezes, deputado, muitas, que V. Ex^{as}, aqui, conclamaram a Situação para a votação de um projeto, e não tivemos condições em colocar em votação!

Hoje, conclamamos V. Ex^{as} a colocar em votação dois projetos, que estão prontos para serem votados. Infelizmente, se não for possível o entendimento, que não se vote! Mas que não se caracterize como jogo sujo, porque eu segui todo o ritual: procurei V. Ex^a, encaminhei o requerimento de urgência para a Mesa, existe testemunha do meu procedimento, fui à tribuna, apresentei a disposição de votação de projetos, infelizmente, a Bancada de V. Ex^a decidiu pela não-inclusão, e nós a respeitamos! Mas não com a caracterização de jogo sujo, Sr. Presidente, porque não houve isso, e V. Ex^a é testemunha disso.

Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do último orador, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, gostaria de chamar a atenção dos deputados Heraldo e Waldenor de que se encontram nas Galerias os representantes da Secretaria da Fazenda e da Polícia Civil pugnando por direitos que são consagrados nesta Casa, em que as Lideranças da Oposição e da base de sustentação do governo, ambas representadas por dois homens conscientes, qualificados moral, ética e intelectualmente, e não somente isso, mas com uma trajetória construída pelo superpor de pedras por condições próprias, fincadas por desenvolvimento de ações individualizadas de cada um, todas elas voltadas para o bem do conteúdo social, o deputado Heraldo com a felicidade de poder minimizar a dor e prolongar a vida, o deputado Waldenor, com a condição de construir cidadãos na educação...

Diante do impasse gerado, da situação colocada e, tendo em vista que somos todos instrumentos do diálogo, da conversa, para a conclusão de um ponto comum voltado para a universalização do bem todo, queria ponderar aos deputados Heraldo e Waldenor que ambos, tendo a quiescência da Presidência da Casa em suspender a sessão, que os dois Líderes conversem com os representantes das categorias que estão nas Galerias, para que possam chegar a um denominador comum e liquidar a sessão de uma forma pacífica e harmoniosa.

Que a vitória, deputado Zé Neto, não seja da Bancada A ou da B, mas do Parlamento baiano, representando as classes e as categorias que se fazem presentes às Galerias.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, veja bem: o requerimento de urgência que votamos na semana passada, para que hoje votássemos como pauta específica, está no requerimento, para qual projeto era? Era par esse projeto do Regimento, de autoria do deputado Waldenor Pereira, que não estava na pauta, mas foi posto.

Disse ao deputado Waldenor que, com relação à GAPE, iria tentar convencer a minha Bancada, pois S. Ex^a apelou várias vezes para mim! Entretanto, estamos sofrendo um desgaste muito grande, porque a Minoria não tem como...

Há pouco, dizia, deputado Gilberto Brito, aos representantes dos policiais civis que temos lutado muito, mas não podemos ser pressionados. Sabe o que está ocorrendo, Sr. Presidente, agora, aqui na Assembleia? Uma coisa muito clara: “Olha, não votamos hoje, porque o deputado Heraldo e a Oposição não querem!” Assim é agora o projeto do Ministério Público! Ou seja, não se discute mais nada, os projetos não passam pelas comissões, já vêm direto para o Plenário! Assim, é melhor acabar com a Minoria! V. Ex^a foi Oposição na Casa...!

Fico triste quando ouço o deputado Pedro Alcântara, que, quando foi Líder do nosso governo, nunca agiu assim, sempre cumpriu os acordos e sabe que esse não é o acordo de hoje! Não posso quebrar um acordo que fizemos há uma semana.

Então, Sr. Presidente, V. Ex^a foi, aqui, um opositor duro! Não vou atender aos reclamos do deputado Pedro Alcântara, que, quando foi Líder do meu governo, nunca quebrou um acordo! É claro que ficaria muito fácil para mim, para a minha Bancada resolver o problema hoje, mas não foi esse o acordo de hoje, e V. Ex^a é testemunha dessa situação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sás. Deputados, esta é uma Casa política, com forças heterogêneas, cada um com seu pensamento político, é a Casa do contraditório.

Quero registrar que, desde cedo, como presidente desta Assembleia, venho fazendo um apelo para que votássemos dois projetos hoje. Fiz um apelo ao deputado Heraldo, ao deputado Waldenor, ao deputado Pedro Alcântara para que pudéssemos votá-los.

O deputado Heraldo Rocha me contesta e pede para zerar as comissões. Na

realidade, fui avalista do acordo, mas não houve acordo para não votar, houve acordo para se votar o projeto de resolução, não houve acordo, em nenhum momento, para não se votar. Houve acordo para que, se o deputado, depois do projeto de resolução, pedisse que zerássemos, aí seríamos obrigado a zerar, porque, pelas mudanças partidárias, há, conseqüentemente, mudanças nos cálculos aritméticos.

Então a presidência pede desculpas aos senhores da Secretaria da Fazenda que estão aqui há diversos dias e também aos policiais, mas infelizmente esta é uma Casa política.

Tenho certeza de que os 63 parlamentares têm um único objetivo, que é servir à Bahia, cada um com sua posição política, o que temos que respeitar. Se houvesse um acordo...o deputado Gilberto Brito fez uma proposta, e eu suspenderia a sessão para que se chegasse a um acordo, mas, como o deputado Heraldo Rocha, no seu direito, diz que não quer participar dessa reunião, só tenho a sair...

Vejam bem, vou assinar um Ato:

(Lê) *“O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições, considerando as alterações ocorridas nas Bancadas em virtude das mudanças de partido por parte de diversos Senhores Deputados, e considerando ainda o disposto no art. 35 da Resolução n 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa,*

RESOLVE

Ficam dissolvidas as composições das Comissões Permanentes existentes na Assembléia Legislativa.

Na forma regimental, caberá aos Líderes e Representantes Partidários, no prazo de 03 (três) sessões, encaminhar à Presidência a indicação dos Deputados que terão assento nas respectivas Comissões, observada a proporcionalidade e a atual filiação partidária dos Parlamentares.

Este Ato terá vigência a partir de sua comunicação ao Plenário.”

Foi pedido para que zerássemos através de uma solicitação verbal. Eu também vou contar o prazo desde hoje. Portanto, se nós tivermos sessão na quarta, quinta e segunda, as Comissões deverão ser instaladas na segunda-feira até às 18 horas.

Quero informar ao Plenário, para que fique muito claro, que a Presidência vai aguardar até terça-feira todas as arrumações partidárias de Blocos e Comissões para que os Srs. Parlamentares possam indicar. Na terça, a Presidência zerará todas as estruturas de todos os partidos que não mantiveram Lideranças ou Representações ou não fizeram as Comissões.

Não posso, Srs. Deputados, e quero contar com a compreensão de V.Exas. porque, se até às 18 horas uma comissão não for instalada, vou demitir toda a estrutura... Se os partidos políticos não fizerem as composições partidárias, conforme cada um no seu interesse, quero lembrar aos Srs. Deputados que quem já pertence a um Bloco não pode pertencer a outro, exceto por acordo partidário. Os Srs. Líderes partidários procurem a Secretaria da Mesa para que esta informe como estão as composições fruto das mudanças.

As informações que nós tivemos são as seguintes:

Do deputado Angelo Coronel: comunica o desligamento do PR, Partido da República, e o seu ingresso no PP, Partido Progressista;

Do deputado Emério Resedá: comunica que saiu do PSDB e entrou no PDT;

Do deputado Jurandy Oliveira: comunica que saiu do PRTB para entrar no PRP;

Do deputado Reinaldo Braga: comunica que se filia ao PR;

Do deputado Fernando Torres: comunica que saiu do PRTB e ingressou no Democratas;

Do deputado Sérgio Passos: comunica que saiu do Bloco PSDB/PTdoB/PSL/PTB.

Quero registrar também que os deputados Pastor Ubaldino, Ângela Sousa, Cleide e Maria Luiza comunicaram a saída do Bloco da Maioria, passando a ser independentes a partir desta data.

Amanhã, estarei informando aqui no Plenário como até aquele momento os partidos me comunicaram para que eles próprios façam os cálculos. Hoje os cálculos mantêm-se até a data de ontem. Mas, tendo em vista que essas mudanças de hoje serão publicadas amanhã, às 12 horas, se qualquer Líder partidário quiser saber como são os cálculos aritméticos, a Presidência informará para que esses Líderes indiquem respectivamente, fruto da proporcionalidade.

Portanto, até a segunda-feira, às 18 horas, espero que os Líderes partidários comuniquem para que possamos publicar e as comissões sejam instaladas até esse horário. Aquelas comissões e os partidos que não se aglomerarem, nós estaremos desfazendo toda a estrutura que foi mantida, vez que vou aguardar até segunda, após as 18 horas.

Está encerrada esta sessão, e fica prejudicada a outra sessão extra convocada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*